

***ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE REESTRUTURAÇÃO DO
FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA***

RELATÓRIO GERAL DO ENCONTRO

RELATOR: Eudázio Nobre de Brito

I DIA DO ENCONTRO

27 DE MARÇO DE 2007

01 - Café da manhã

02 - Mística de Apresentação: Grupo Escuta de Arte e Cultura (Estado do Ceará)

Trazendo a cultura popular Nordestina com sua vibração, cores e os costumes da cultura cearense como pano de fundo para animar e recepcionar a todos os presentes ao encontro, o grupo ESCUTA sacudiu o salão de eventos do SESC de Iparanana – Ceará e ao som de tambores, agogô e vários instrumentos musicais e tendo a frente da animação Mateus e Catirina, personagens da cultura popular nordestina, todos os estados nordestinos foram chamaram ao centro do salão para se apresentarem e se expressarem através de suas danças, artesanato e costumes. Assim ao som da música FLOR todas as pessoas presentes se manifestaram e colocaram em espaço arrumado pelos organizadores do evento objetos artesanais que simbolizaram os seus respectivos estados.

03 - Exposição Dialogada: “Por um novo modelo de organização da Economia Solidária”.

Objetivo da Mesa: Ressaltar os avanços, dificuldades e desafios no processo de consolidação do FBES e do movimento de Economia Solidária, à partir de cada lugar. Destacar a importância desse movimento de reestruturação do FBES.

Mesa de Abertura:

Mediadora da mesa: Graciete Santos

Saúdo a mesa, todas e a todos os presentes, agradecendo pelas trocas que tivemos durante todo o ano passado nos encontros nos Fóruns Estaduais de Economia Solidária do Nordeste.

É um desafio para mim esta participando do FBES porque estou a pouco tempo no movimento (Fórum). Não me coloco no lugar de organizadora porque o evento é construído por todos e por todas. Esse encontro é um pedaço de uma longa caminhada. É importante para a nossa reestruturação, para nós nos afirmarmos como movimento e para nos aprofundarmos e acumularmos os nossos conhecimentos através de novas experiências.

Já temos avanços e conquista e precisamos nos reavaliar. Precisamos garantir a nossa pluralidade e quebrarmos algumas barreiras. Precisamos ter paciência de acumular e de discutir o que é fundamental para mudarmos a nossa realidade.

CONVIDADOS DA MESA:

Letícia Peixoto - Movimento de Mulheres (Rede Economia e Feminismo)

É um desafio importante esse movimento de diálogo e discussão e articulação entre movimento feminista e a Economia Solidária. Sou da macha das mulheres e do movimento de Economia Solidário Feminista.

Temos que reafirmar o movimento social e dialogar com os governos que ai estão.

Venho aqui falar das lutas das mulheres. Primeiro vamos falar da realidade da mulher na sociedade que é pautado pelo patriarcalismo, ou seja, do poder de dominação do homem sobre a mulher no meio social. Sabendo que a sociedade é patriarcal, capitalista e racista, devemos ter estratégias para enfrentar essas dificuldades.

Os direitos trabalhistas também é uma realidade que atinge principalmente as mulheres. As mulheres, na maioria, são responsáveis pelos trabalhos domésticos que são atividades não reconhecidas socialmente.

Estamos marcados por uma rígida divisão sexual onde a mulher ocupa um lugar desvantajoso. Os gestos, as falas, os símbolos e na ocupação de poder se denuncia as injustas diferenças entre homens e mulheres. Gerando a divisão sexual do trabalho que é responsável pela hierarquia entre homens e mulheres.

A mulher sempre esteve em uma posição menos privilegiada na sociedade e o estado deve adotar políticas publicas para modificar essa realidade, inclusive no que se refere aos serviços públicos porque quando esses estão precários a qualidade de vida da mulher cai.

O tempo da mulher na esfera publica é bem mais curto do que a do homem apesar de temos conquistado espaços nos últimos tempos. Por isso precisamos dar visibilidade as mulheres na esfera política. Devemos reafirmarmos e darmos novos horizontes para as mulheres neste campo para que possamos avançar nesse aspecto.

No Ultimo mapeamento da Economia Solidária, 36% dos empreendimentos mistos eram compostos por mulheres. Como esses dados se apresentam para nós? Esses dados são reais?

16% dos empreendimentos solidários, segundo o mapeamento são só de mulheres. A região que estamos, o Nordeste, é uma das mais pobres do país e nossas responsabilidades são maiores. Todos nos que fazemos parte dos movimentos sociais da região Nordeste temos desafios maiores porque temos mais dificuldades.

Lacerda (Ministério do Desenvolvimento Agrário)

Quais as políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e SDT vinculadas com a Economia Solidária ?

Dentro do STD trabalhamos o desenvolvimento sustentável.

Desenvolvemos um trabalho territorial no campo rural onde a temática da economia solidária é divulgada, difundida e resgatada porque no campo pouco se divulga e se difundi a ECOSOL.

Na questão ambiental temos vários instrumentos trabalhando essa temática, inclusive trabalhamos na sensibilização para agricultura familiar.

Cada Região tem uma cultura, um jeito de funcionar. Assim devemos considerar a identidade local para definir o que é interessante fazer junto e o que é importante fazer sozinho quando se fala em um trabalho Territorial. Para promover mudanças sólidas temos que trabalhar a participação real das pessoas para construirmos mecanismos que de fato promova um forte controle monitorado pela sociedade civil sobre as esferas de poder.

Não basta criar instrumentos, é importante dar acesso e fazer com que as pessoas saibam utilizar esses instrumentos. A dimensão econômica da Economia Solidária esta na comercialização. No caso o comércio não tem ética, e só a Economia Solidária pode mudar essa forma de comercializar e consumir.

Precisamos criar estruturas para avançarmos na comercialização como por exemplo: Centros públicos de comercialização, créditos solidários, infra-estruturas, transportes, equipamentos, mapear que produz e quem vende e capacitações.

Roberto Marinho - SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

Há um processo de debate na SENAES sobre sua reestruturação do FBES e são os fóruns que irão dar os novos nortes da Economia Solidária.

Nós últimos nove anos, ou seja em 1999 começa as articulações das grandes instituições para discutir Economia Solidária. Surgiu a necessidade de unir forças para se ter mais possibilidades de conquistar avanços. E no Fórum Mundial de Porto Alegre 1999, houve um avanço quantitativo de empreendimentos solidários de 1999 à 2005. Houve um crescimento organizativo dos fóruns, redes, instituições (união de forças do poder das instituições). Avanço político no sentido de construir novos rumos para a sociedade.

Não somos construtores de projetos de emprego e renda somente, estamos construindo novos rumos para a sociedade e a criação de espaços de Economia Solidária nos partidos políticos, governos, ONG, associações, movimentos sociais em geral aponta para essa realidade e não é a toa que a economia solidária esta crescendo nos governos municipais que conta 120 prefeituras, 14 governos estaduais e o Governo Federal que possuem espaços em suas administrações para desenvolver a Economia Solidária. Esse crescimento e de grande valor para a Economia Solidária no sentido de fortalecer o movimento e para se criar políticas publicas para o setor.

O crescimento significativo da Economia Solidária foi notório na Conferencia Nacional de Economia Solidária que movimentou 17 mil pessoas em todo o país.

Qual o papel do Fórum Brasileiro de Economia Solidária?

Ele consegue reunir todos os setores da Economia Solidária governos, sociedade civil, empreendedores, ONG e associações. Fortalece a discussão de políticas públicas. É o FBES e os FEES que articula e reconhece os movimentos de Economia Solidária em todo o território nacional.

Temos muitos desafios pela frente. Cito alguns:

- Crescer (é uma crise no país) ampliando a demandas e a plataforma da Economia Solidária trará mais pressão porque o crescimento da demanda reflete nas relações entre movimento e poder publico.
- A construção da política de Economia Solidária e a construção do marco jurídico/marco legal.
- A disputa política de Economia Solidária seja local ou nacional, é um espaço em disputa
- Sustentabilidade e autonomia é um outro desafio de extrema importância para ser enfrentado.

Hoje há a compreensão que o avanço da Economia Solidária depende da inserção dentro dos partidos políticos. É uma disputa que leva a uma crise do que é o FBES.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária é o grande parceiro da Secretaria Nacional de Economia Solidária, ele deve e precisa se fortalecer.

04 - Interlocução Plenária e mesa:

Perguntas e observações feitas pela plenaria

- 1) A crise talvez seja do FBSE e não dos fóruns locais que não esauriu esse modelo, alguns FEES ainda estão se firmando. Nós temos aspectos fortes, como vamos construir/reestruturar o FBES a partir da perspectiva econômica? (Janivaldo)
- 2) Relação da política pública e seus instrumentos. Temos que compreender os processos políticos históricos e a sua nova realidade (mudança de grupo político de esquerda no poder) temos que fazer um esforço para se aproximar do poder público (novos grupos) para nos relacionarmos bem. (Marcos Arcanjo - Ceará)
- 3) Fórum brasileiro e SENAES se confundem porque não sabemos quem nasceu primeiro. Que espaços é do FBES? Que espaço é da SENAES? (Sandro)
- 4) É necessário um novo modelo ao rediscutir o FBES? A crise pode ser boa e pode ser preocupante. Estamos sendo atropelados pelo governo porque ele está fazendo grupos/movimentos paralelos. E se não tivermos cuidado vão tomar o que nos sofremos muito para conquistar, as mulheres são a base da economia solidária. Devemos levar as discussões para o meio rural. Na cidade as pessoas se organizam mais para discutir e no campo para produzir, o campo precisa discutir mais também. (Pequeno/Ceará)
- 5) Os homens que ocupam os papéis das mulheres (realizam essas atividades) são discriminados, inclusive nos governos. Há uma crise de identidade entre governo e movimento social. Onde podemos mudar esses paradigmas do que é o governo e do que é movimento? Como mudar a mentalidade do governo? (Rosana- Pernambuco)
- 6) É corrente essa crise entre os que eram movimento e hoje são governo? É uma esquizofrenia, mais é positiva no sentido que foi uma luta para se chegar ao poder. Como está as relações internas do governo Federal, ou seja, as brigas por poder dentro do governo? (Regilane -Ceará)

- 7) Ainda falta muita coisa para igualarmos os espaços das mulheres na sociedade, ainda temos muito o que decidir e discutir. Também falta muita para os movimentos sociais se integrarem com o governo. As ações ainda são muito ásperas de cada um dos lados.
(Rafaela/Sergipe)

Considerações finais da mesa

Graciete

Precisamos enfrentar as questões da mulher porque estamos numa democracia e a Economia Solidária se foca na vida. Precisamos ser reconhecidas como sujeitos(as) da nossa historia..

A mesa nos levou a pensar o Estado que queremos e o Estado que temos. Continuamos na contra mão da historia e a relação entre Estado e Movimento Sociais ainda é difícil porque estávamos acostumados e agora temos um novo desafio que é o de construir uma relação mais saudável entre governo e movimento social e a criação do Conselho pode ser uma grande saída para resolvemos essas questões que ainda existe entre governo e movimento.

Letícia

As relações entre governo e movimento social ainda é tensa e precisamos discutir e dialogar mais para termos uma aproximação maior.

Quem sabe é quem sofre. É quem vive. É quem sente. Nos movimentos sociais a identidade e a autonomia são fundamentos importantes para conquistamos espaço e credibilidade. Devemos ter exercício crítico com a realidade conjuntural atual. A estrutura social é patriarcal da musica à medicina e nós temos lutado para mudar essa realidade.

Lacerda

A minha historia é voltada para o campo rural e temos uma necessidade de difundir a Economia Solidária no campo, os seus princípios. Temos que fazer um trabalho muito grande no campo para organizar as pessoas , os empreendimentos.

Quando os empreendimentos estiverem fortes a Economia Solidária vai se fortalecer. Ganhamos o governo mais não ganhamos o poder e temos dificuldades de nos articularmos dentro do governo. O FBES não deve se confundir com o governo. Cada um tem o seu papel, a sua função , a sua importância, devemos ocupar espaços para nos fortalecer.

Roberto Marinho

A leitura que temos da Economia Solidária no Brasil nos leva a afirmar que é uma organização que visa mudar a sociedade que vivemos. Não é um movimento pragmático para ocupar espaços. Ele vai além.

Tivemos em 2002 uma oportunidade histórica e ocupamos os pequenos espaços dados para podemos avançarmos e criarmos/ construímos políticas publicas para o setor.

O FBES tem que se repensar a partir dessas conquistas, avanços para pode se remodelar, se fortalecer e avançar. O Estado não é homogêneo, há muitas forças e interesses, existem correlações de forças. Qual a nossa situação no Governo Federal?

Levamos um projeto para algum dos órgãos do governo e quando chegamos lá, as pessoas que estão a frente da pasta muitas vezes não tem conhecimento do que seja a Economia a Economia Solidária e temos que fazer um trabalho de formiguinha para ganhar e convencer as pessoas. Assim vamos dialogando com essas diferenças.

A estrutura do estado não esta voltada para a Economia Solidária. Temos muitas dificuldades em avançar por conta desse modelo. Cada um tem seu papel e tanto o movimento quanto o governo tem que se abrir para construir políticas publicas para a economia Solidária .

05 - Apresentação da programação do evento e informes gerais **Apresentação do doc 1A e 2A**

Nesse momento acontece a apresentação da metodologia do encontro e como se dará os trabalhos em grupo ficando os seguintes encaminhamentos:

- A) No primeiro dia do encontro será dividido a plenária em cinco grupos que discutiram os três eixos temáticos do encontro sendo que no primeiro dia do encontro será discutido os eixos 1 e 2 e no segundo dia do encontro será discutido o eixo 3.
- B) No primeiro dia será sistematizado, apresentado, discutir e aprovar apenas os eixos 1 e 2 e no segundo dia será a vez de sistematizar, apresentar, discutir e aprovar o eixo 3.
- C) Os grupos deveram ser compostos por no mínimo uma pessoa de cada estado, tendo 01 (um) coordenador e 01 (um) relator. O relator do grupo deverá levar ao sistematizador geral do encontro as propostas do grupo para anexar-las num documento geral(documento original) que será criado a partir da junção das propostas discutidas e criadas em todos os grupos.
- D) Ao final do processo de discussão e criação das propostas dos grupos será juntado todo o material dos grupos num só, onde esse documento passara por uma leitura, apreciação, discussão e aprovação da plenária com seus devidos cortes, inclusões e observações.

OBSERVAÇÕES:

Após esses informes os grupos foram divididos para começarem os trabalhos.

Ao final do primeiro dia do encontro não foi possível discutir e aprovar as propostas dos eixos 1 e 2 porque os grupos não conseguiram terminar os trabalhos a tempo ficando esse encaminhamento para o segundo dia do evento onde seria discutido juntamente com o eixo 3 e levado à plenária para apreciação geral.

II DIA DO ENCONTRO

28 DE MARÇO DE 2007

01 - Café da manhã

02 - Mística de abertura

Devido as fortes chuvas que caíram na manhã do segundo dia do encontro houve um atraso no inicio dos trabalhos e não foi realizado a mística de abertura, passando-se logo para os trabalhos em grupo.

03 - Trabalhos em grupo

Foram reiniciados os trabalhos em grupo para discutir e criar propostas para o eixo 3 como havia sido combinado no dia anterior. Assim os grupos trabalharam por toda a manhã para preparar o documento final do encontro que seria discutido e apreciado pela plenária no período da tarde.

04 - Apresentação e Leitura do Documento original para apreciação da Plenária

OBSERVAÇÕES:

A condução da leitura e discussão do documento construído pelos cinco grupos foi coordenado pelo Senhor Bené e Pela Senhora Graciete que fizeram algumas considerações e observações antes do início da leitura do documento.

BENÉ

Esse movimento não se encera aqui no encontro nordestino. Ele ainda se entende até o encontro nacional onde toda as regiões se encontraram e discutiram a nível nacional todos os eixos de discussão. Estamos diante de desafios e demandas, o crescimento é um deles.

Nem todos os estados fizeram Fóruns locais e sim encontros ampliados de coordenação. São eles: Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí e Alagoas.

Dinâmica de leitura dos documentos: Como todos os estados já haviam lido o roteiro dos documentos ficou decidido que não se fazia necessário ler tudo novamente. Ficando determinado que os grupo aprofundariam as discussões.

Leitura dos eixos: Bené explicou um pouco dos eixos de discussão para que os grupos pudessem compreender melhor o roteiro proposto.

1. Identidade Política:

Quem somos? Para onde vamos? Redefinir e peneirar o que é e o que não é Economia Solidária . O que somos ? O que interessa a Economia Solidária?

2. Relação com outros Atores:

Como vamos conversar com os movimentos, com os Estados, com o Governo Federal, com a sociedade civil em geral e com as ONG's? Analisar a nova conjuntura política e social para compreender a realidade é muito importante para sabermos conduzir bem as mudanças que necessitamos realizar.

3. Gestão e Organização:

Como vamos nos organizar e ajudar a criar políticas públicas para o setor? Como vai ser a estrutura e o funcionamento?

DOCUMENTO DE DISCUSSÃO DA REGIÃO NORDESTE ORIGINAL

(ITENS VINDOS DOS 5 GRUPOS/ SEM MODIFICAÇÃO: ORIGINAL)

1 IDENTIDADE POLÍTICA

A) Que bandeiras e ações locais e regionais o FEES está defendendo e desenvolvendo?

- Elaboração de Projetos de leis estaduais de fomento a economia solidária com implantação dos conselhos estaduais
- Interiorização dos Fóruns
- Realização de Feiras (calendário permanente) **EMERSON**
- Sustentabilidade, autonomia e identidade dos Fóruns **SANDRO**
- Gênero, raça e etnia
- Mapeamento
- Valorização e resgate da cultura
- Qualificação do trabalho da mulher
- Criação de sistema de comércio justo **ROSANA**
- Formação em economia solidária para os empreendimentos e assessorias
- Divulgação e fortalecimento da economia solidária
- Regionalização dos Fóruns
- Fortalecimento do protagonismo dos empreendimentos
- Reafirmação da Carta de Princípios e da Plataforma Política do FBES
- Criação de centros públicos de comercialização

- Ampliação dos espaços de Economia Solidária(Superintendência, Secretaria etc..)
- Sensibilização dos diversos setores para a apropriação da ES
- Há uma reflexão que de um modo geral os fóruns estaduais têm tido dificuldade de estabelecer suas bandeiras locais, chegando mesmo a confundir ações estratégicas com bandeiras de luta. Exemplo: Mapeamento dos empreendimentos foi tratado como bandeira, quando na verdade se configura como uma ação estratégica que converge pra bandeira do fortalecimento da identidade e da organização do movimento de economia solidária nos estados. **ROSANA**
- Essa dificuldade tanto se refere a pouca priorização de um debate mais político dos FEES como pela diversidade de bandeiras que se articulam dentro dos fóruns (Gênero, Agroecologia, Juventude, Agricultura Familiar, Povos do Mar, etc). **PEQUENO**
- Foi comum perceber nos estados que mesmo as ações estratégicas locais têm sido pautadas a partir da agenda nacional (Mapeamento, PPDLES, Centros Públicos, Conferências Estaduais, Conferencia Nacional, etc), havendo muito pouca iniciativa e autonomia dos fóruns estaduais na construção de suas agendas próprias.
- A sobrecarga que se gera pra dar conta das ações locais e das nacionais que chegam aos estados, além de prejudicarem a qualidade com que são feitas e os resultados gerados com as ações, também compromete o avanço político do movimento, induzindo-o ao ativismo.
- Criação de Marco Legal adequado a realidade da economia solidária (alguns estados já avançaram inclusive com a votação de Leis já criadas, porém ainda com dificuldades em serem sancionadas por questões políticas com os governos locais).
- Fortalecimento da identidade e da capacidade organizativa dos FEES, inclusive com a regionalização dos mesmos, oportunizando a inclusão dos segmentos rurais.
- Criação de Secretarias Estaduais e/ou outras instancias dentro dos governos locais (alguns com estágio bastante avançado de constituição desses espaços e outros em processo de discussão/negociação com governos estaduais).
- Formação (política e em processos de organização/ autogestão) e assistência técnica
- Intercâmbio entre experiências locais com disseminação de tecnologias.
- Formação de redes de ECOSOL a partir das cadeias produtivas.

- Comercialização: criação ou fortalecimento de estratégias e espaços de comercialização (feiras regionais, estaduais, nacionais); estruturas físicas de apoio a comercialização (centrais, mercados solidários, etc).
- Finanças Solidárias: criação e/ou acesso a fundos públicos.
- Revisão da questão tributária e da lei 8.666
- Buscar a transversalidade da ES com o Sistema Nacional de Educação

B) Para o FEES, além destas ações e bandeiras, quais outras seriam prioritárias e por que não estão sendo defendidas e desenvolvidas?

- Viabilizar iniciativas para facilitar a comercialização, incluindo compras governamentais
- Ações em torno da consolidação de um marco legal para a economia solidária
- Há em alguns estados (na maioria) necessidade de trabalhar bandeiras como a articulação de temas como: Economia Solidária & Gênero; Economia Solidária & Agricultura Familiar; Economia Solidária & Juventude.
- Também em alguns não está sendo trabalhada a bandeira da Comercialização para resolver os entraves deste que tem sido um desafio histórico não só no movimento da economia solidária, mas nas práticas de economias populares.
- A não defesa dessas bandeiras passa pela dificuldade que os FEES tem sentido de articular suas bandeiras locais com as ações definidas na agenda nacional.
- Há ainda reflexões sobre a fragilidade do movimento da economia solidária quanto as condições objetivas de realizar agenda mais autônoma (seja por tempo ou por disponibilidade de recursos e potencialidades locais).
- Registra-se ainda a dificuldade dos FEES acompanharem as bandeiras nacionais pela forma como chegam as coisas até o estado – muitas vezes em tempo imediato ou sem a devida discussão preliminar junto aos fóruns locais.
- Centros públicos de comercialização para economia solidária
- Acesso ao PLANTEC para os empreendimentos na área de capacitação
- Formação de redes de ES por cadeias produtivas

- Criação de Fundos solidários para investimento seja empreendimento formal ou informal
- Realizar intercâmbios com outros Fóruns para uma maior articulação
- Comercio Justo e consumo ético
- Cadeias e redes produtivas
- Formação em ES prioritariamente a partir da base
- Criação de certificação dos empreendimentos e assessorias da ECOSOL;

C) Quais bandeiras e ações NACIONAIS estão influenciando a atuação do FEES?

- Reestruturação do FBES
- Marco Jurídico para a economia solidária
- Desenvolvimento de ações para os segmentos tradicionalmente excluídos
- Formação, assistência técnica, pesquisa e tecnologia – tendo como elemento provocador a necessidade dos EES se capacitarem política e tecnicamente para se consolidarem numa cultura solidária e auto-sustentável.
- Fortalecimento da identidade do FBES e por consequência dos Fóruns Estaduais.
- Comercialização
- Divulgação da Economia Solidária
- Marco Legal da ES
- Construção de uma Política Pública da Economia Solidária, com abertura de diálogos com gestores e construção de propostas de lei.
- Desenvolvimento de ações para segmentos tradicionalmente excluídos (indígenas, quilombolas, mulheres, negros, etc) – para alguns estados o PPDLES tem sido uma importante conquista nesse sentido.
- Marco Legal Fomento a criação dos Conselhos
- Mapeamento
- Criação do Conselho Nacional (influencia e incentiva a interlocução entre poder publico e sociedade civil para a criação dos conselhos estaduais)
- Programa Nacional de fomento as feiras

D) Para o FEES, quais bandeiras e ações nacionais devem ser prioritárias para o FBES?

- Algumas bandeiras estão sendo trabalhadas no âmbito estadual, merecendo ser discutidas no FBES: Seguridade Social nessas novas relações de trabalho; Melhoria da qualidade da produção para comercialização.
- Por outro lado, há bandeiras discutidas tanto no FEES quanto no FBES, porém sem se articularem concretamente, como por exemplo a discussão sobre Comercio Ético e Solidário.
- Há uma crítica de que a bandeira da Comunicação/Divulgação da Economia Solidária, no plano nacional, não tem sido trabalhada com a devida prioridade e com os investimentos necessários. A SENAES poderia investir mais para que a Economia Solidária apareça nas mídias de massa. Apesar dos instrumentos construídos serem bastante interessantes e positivos (documentos, vídeos, documentários, chamadas para rádios comunitárias...) seu alcance se reduz a limitada capacidade de mobilização e articulação dos FEES.
- Comercialização
- Sistema de financiamento da política ES
- Marco legal
- Formação
- Políticas Públicas (Sistema Nacional financeiro de economia solidária)
- Construção de Centros Públicos

2 RELAÇÃO COM OS OUTRO ATORES

2.1 RELAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

A) Quais são as alianças e parcerias construídas pelos FEES para dar conta das ações e bandeiras apontadas pelo item 1?(fazer também uma avaliação de cada uma)

- Aproximação com os governos eleitos
- Aproximação com o CONSEA, emprego e renda dentre outros para inserir nas agendas desses conselhos **graciete**
- Aproximação com outros movimentos sociais tais como: mulheres, quilombolas, etc...

- Parcerias do FBES com ONG's como: IMS, FBB, CARITAS, MDA, MTE, Rede Abelha, ABONG e o Fórum Social Nordeste, etc...
- **Parcerias com universidades, ONG's, Poder Público nas três esferas e empreendimentos econômicos solidários**
- Refletir sobre a nossa identidade política. Fazemos política e produzimos economia. Somos um movimento de economia política
- Fortalecimento das ações da DRT's no movimento de ES
- Ampliação das parcerias e contatos internacionais
- Em sua maioria as entidades organizadas da sociedade civil já compõem o fórum, sendo parceiros naturais do mesmo. Portanto, a grande maioria dos parceiros acabam sendo segmentos do setor público (Prefeituras, Secretarias específicas, DNOCS, INCRA, MDA, MTE, MDS...)
- As principais alianças e parcerias destacadas como sociedade civil foram: ADS/CUT; Cáritas; Rede Unitrabalho e Incubadoras de Cooperativas das Universidades; além das Federações de Trabalhadores e Sindicatos Rurais; Rede Abelha; Rede de Mulheres; UNISOL; CONSEA (que tem conseguido articular Economia Solidária e Segurança Alimentar); e com ONGs com atuação em nível estadual e/ou regional (como a Casa da Mulher do Nordeste)
- Destacaram-se mobilizações bastante positivas com outros movimentos organizados, como movimento pela diversidade sexual; quilombolas; indígenas; movimento feminista; etc.
- Essas parcerias têm sido bastante positivas no fortalecimento das ações dos FEES, especialmente por viabilizarem maior alcance quantitativo e geográfico das atividades nos estados. Essas ações se referem em sua maioria aos eixos: articulação/organização de produtores/as; comercialização; formação; finanças; fomento.
- Entretanto a crítica que se faz é que são ainda parcerias e alianças pontuais, em torno de ações e não de bandeiras constantes. Também é importante que essas parcerias possam fortalecer os empreendimentos da Economia Solidária e não apenas ações específicas dos FEES ou FBES.
- Registra-se um grande desafio – porém pouco discutido/refletido pelos FEES e pelo próprio FBES – de articular-se com a sociedade civil não organizada. Essa articulação tem se dado via grandes eventos que se realizam (Festivais, feirões anuais, etc). Primeiramente é necessário se construir estratégias de comunicação de massa para que estes eventos de fato cumpram seu papel de disseminar a Economia Solidária no meio da sociedade (e não apenas do Movimento Organizado) pra que se avance na conquista da sociedade ou segmentos dela como aliada.

- Um outro importante desafio que igualmente merecia melhor trato por parte dos FEES e FBES que é construir alianças e parcerias com a sociedade para se avançar no desenvolvimento econômico dos empreendimentos. Tem se trabalhado muito os espaços de articulação na dimensão da discussão política e de cidadania e não se tem pautada uma relação de espaço de desenvolvimento econômico. O capital faz economia política; entretanto a Economia Solidária tem se limitado a fazer política. Precisamos avançar na capacidade de estabelecer relações econômicas solidárias com a sociedade, caso contrário, caminhamos para o rumo da frustração do projeto político embutido na economia solidária, gerando descrença, quebras de identidade e desmotivação junto aos protagonistas da Economia Solidária que são os/as produtores/as.

B) Quais são as alianças e parcerias construídas pelos FBES para dar conta das ações e bandeiras apontadas pelo item 1?(fazer também uma avaliação de cada uma)

- ABONG, CARITAS, IMS, UNITRABALHO, ADS, INCUBACOOOP, etc...
JANDSON, SANDRA
- Dificuldades na comunicação entre os Fóruns estaduais e brasileiro: Centralização das informações e dificuldade no acesso
- Entretanto, destacou-se a ampliação das parcerias e alianças para além das articulações com SENAES, muito impulsionada pelo processo de criação do Conselho Nacional.
- Destacam-se ainda as parcerias com ministérios como MDS e mais fortemente com MDA, que tem contribuído para regionalização das ações dos FEES e por conseguinte pra ampliação da ação do FBES nas questões relativas aos/as produtores/as rurais.
- As parcerias estabelecidas, apesar das limitações, têm possibilitado o fortalecimento e a articulação da Economia Solidária com outras lutas a partir da inserção de segmentos como mulheres, juventude, movimento de consciência negra, etc.

C) Como avançar as alianças existentes e ampliar para novas para que o FBES atenda aos desafios da Economia Solidária e para que se constitua de fato enquanto referencia nacional de Economia Solidária?

- Programa Nacional de fomento as feiras garantindo a participação dos empreendimentos e dando visibilidade aos mesmos
- Mapeamento da ES favorecendo a participação
- Garantir uma agenda própria
- Promover o debate e a articulação em rede
- Aproximar cada vez mais as entidades nacionais garantindo o diálogo em nível local e nacional
- Melhorar as estruturas dos Fóruns estaduais
- Com a regionalização dos Fóruns estaduais tendo a participação das várias representações da sociedade civil: Mulheres, juventude, quilombola, etc..
- Dialogando com outras organizações e redes que venham a fortalecer a economia solidária garantindo a viabilidade econômica dos empreendimentos
- Ampliar as alianças e parcerias com o governo Federal para garantir a transversalidade dos programas Sistema S e fortalecer as alianças estaduais
- A superação do caráter pontual das alianças e parcerias passa pela redefinição de bandeiras nos FEES e fortalecimento das defendidas pelo FBES para que se estabeleçam acordos mais estratégicos e continuados com as parcerias importantes que hoje já se articulam (SENAES, MTE, MDA, MDS...) e também para que se abram novas frentes de alianças (Ministério da Educação, etc).
- Um caminho importante para o avanço é conhecer melhor os programas e propostas dos parceiros em potencial, ampliando o diálogo com institucionalidades constituídas – por exemplo, os atores locais dos territórios rurais da SDT; bem como outras secretarias e ministérios. O da Educação figura-se como fundamental para a disseminação/formação em Economia Solidária.
- **Fernanda... inclusão de tema...**

D) Como despertar a Economia Solidária na sociedade civil não organizada(em especial a juventude)?

- Uma matéria na grade curricular sobre ES nas escolas
- Incrementando a visibilidade, dialogando com a juventude a cerca do tema por meio de amplo material audiovisual, impressos, dando um caráter

formativo a questão incluindo sobre título de matéria optativo no currículo escolar o tema Economia solidária

- Dialogar com os movimentos sociais e com os programas governamentais que trabalham com geração de renda no sentido de inserir a temática da ES em suas ações
- Através da articulação com o movimento de arte e cultura
- Articulação com a mídia em nível municipal, estadual e nacional
- Juventude não tem sido efetivamente tematizada nem pelos FEES e nem pelo FBES. O que se registram são as experiências isoladas de articulação Economia Solidária & Juventude. É necessário se rever as estratégias em torno dessa bandeira.
- **Fernanda... inclusão de tema...**
- Ressaltar o caráter prático da Economia Solidária em seus processos pedagógicos, com promoção de visibilidade dos resultados de empreendimentos solidários compostos por grupos tradicionalmente excluídos: jovens, mulheres, negros, indígenas, idosos.
- Construir estratégias convergentes para a inclusão da ES na educação formal. Pautar como temas transversais em escolas públicas e incluir o tema Economia Solidária em projetos que trabalham com juventude: Consórcios Sociais, Bolsa Escola, etc.
- Trabalhar divulgação na Mídia Nacional
- Potencializar a articulação com programas governamentais de diversas naturezas, que tenham como foco a geração de trabalho e renda (Bolsa Escola, Bolsa Família, Fome Zero, etc), buscando inculir neles as propostas e práticas da Economia Solidária.

2.2 RELAÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL

A) Como o FEES avalia as ações desenvolvidas em parceria com o Governo Federal?

- Dar continuidade ao processo de fundos solidários **sandra**
- Fomento a criação de conselhos nos diversos níveis
- Que os Fóruns estaduais tenham uma agenda própria que não fique apenas a “reboque” da agenda nacional

- Fortalecer a realização de feiras ampliando inclusive a quantidade de feiras
Lenivaldo
- Estimular as vocações locais de produção e serviço
- Os Fóruns estaduais reconhecem o avanço que a ES teve com as ações governamentais, entretanto ainda são limitadas. Os Estados recebem pouco financiamento para os seus eventos e isso implica em limitar todo o planejamento dos FEES no sentido de fortalecer o movimento
- De um modo geral tem-se uma preocupação com o fato de que as ações de parceria são aquelas ditadas pelo próprio governo e não as definidas num processo que parta da base (FEES, FBES). Essa relação tende a dificultar o exercício da autonomia e o fortalecimento das questões/ações próprias dos fóruns, tanto em nível estadual como nacional. **lenivaldo**
- Nos estados o desafio tem sido o fato de que a relação com o estado tem se dado muito pelo ganho de algumas figuras que hoje estão no governo. É preciso se avançar na consolidação de propostas enquanto Política Pública para que não se fique refém de intenções ou comprometimentos pessoais.
- Em alguns estados, a relação com o governo local tende a uma construção de espaços positivos (secretarias, conselhos, etc), porém por questões políticas muitas definições são tomadas sem uma adequada participação dos movimentos organizados, gerando quebra nos processos.
- As discussões que são pautadas pelo FEES (e indiretamente pelo FBES) nos estados têm influenciado inclusive na composição dos novos governos locais.
- No que se refere as ações desenvolvidas em parceria (aqui cita-se PPDLES, Mapeamento, Feiras, etc), há uma insatisfação geral da forma como são construídas e desenvolvidas, desde questões como: a não consulta aos fóruns/movimentos para o desenho de determinados programas; até questões como o peso que as relações políticas (de beneficiamento de grupos, etc) assumem na hora da execução; além das condições precárias de desenvolvimento das mesmas (atraso no repasse de recursos financeiros e materiais; falta de comunicação e acompanhamento dos processos; falta de um planejamento mais afinado com o estado; etc).
- Especificamente com relação às Feiras, destaca-se a parceria com MDA como oportunidade de articulação com trabalhadores/as da agricultura familiar e outros segmentos do meio rural. Além de oportunizar conhecimento e aproximação com outros atores constituídos nos estados (Colegiados Territoriais, Agências de Comercialização, etc).

- As atividades nacionais desenvolvidas (feiras, conferências, etc), nas quais se consegue articular a participação direta de produtores/as, têm contribuído para mobilizar, motivar e ampliar as discussões e ações de reestruturação dos fóruns locais.
- Entretanto, nas atividades desenvolvidas, há uma tendência a massificação de formatos, não se respeitando as especificidades regionais (culturais, políticas, etc).

B) Como o FEES avalia a relação do FBES com o Governo Federal (em especial a SENAES)?

- A relação dos fóruns é boa com perspectivas de melhoras
- A relação com o governo Federal é boa, porém está muito restrita a SENAES. É necessário uma maior interface com os ministérios afim de potencializar as ações
- Implantar nos órgãos públicos os núcleos de gerência de ES garantindo a transversalidade dos programas e ações SANDRA
- Maiores esclarecimentos sobre o PPDLES
- Melhorar as parcerias entre SENAES e Fóruns
- Reconhece-se o importante avanço nas relações de parceria, não só qualitativo (conteúdo e formas de diálogo e ação conjunta), mas também se ampliando pra outras secretarias e ministérios. Entretanto, há ainda uma dependência do FBES em relação à SENAES.
- Pela pouca diversidade de fontes de financiamento, acaba-se estabelecendo uma relação de dependência financeira do FBES em relação ao governo em todas as outras articulações (MDA, MDS...)
- Há uma avaliação sobre a necessidade de ampliação do montante de apoio orçamentário dado pelo governo para que se consiga maior impacto sobre as demandas dadas.
- Necessidade de estabelecer melhor como deve se dar a relação SENAES, FBES E FEES, para que se tenha nos estados uma articulação melhor e em nível nacional se consiga avançar na construção de políticas nacionais, tomando como referência as determinações tiradas na Conferência Nacional.

C) De que forma o FBES deve ampliar suas relações com outras esferas do governo federal?

- Não fragmentar o Conselho Nacional assegurando o fortalecimento das bandeiras e ações já instauradas SANDRA
- Garantindo que seus representantes reafirmem a plataforma na sua íntegra para que não ocorra fragmentação por parte das diversas forças presentes no Conselho assegurando o fortalecimento das bandeiras e ações já instauradas
- Implantando nos órgãos públicos na esfera federal núcleos e gerências de economia solidária garantindo a transversalidade dos programas e ações
- Buscar articulações de políticas públicas tendo como base os FEES e o FBES
- Definição de estratégias no sentido de influenciar nas definições de como o governo federal deve alocar seus recursos de apoio a Economia Solidária.
- Também se trabalhar estratégias pra articulação das parcerias que vem se consolidando no plano nacional para o âmbito estadual (fazer “descer” os resultados/ações até os estados). Aqui cita-se em particular o apoio aos Centros Públicos de Economia Solidária.
- Necessidade de uma aproximação crítica com o Sistema S pra acompanhar como estão gastando os recursos públicos destinados ao fortalecimento dos empreendimentos.

D) Como assegurar o papel de protagonista do FBES no Conselho Nacional de Economia Solidária? Neste sentido, como impedir a fragmentação de agendas das diversas forças do FBES presentes no Conselho?

- Fortalecimento interno dos Fóruns de ES
- Garantindo que seus representantes reafirmem a plataforma na sua íntegra para que não ocorra fragmentação por parte das diversas forças presentes no Conselho Nacional, assegurando o fortalecimento das bandeiras e ações já instauradas
- Buscar interlocução dos Conselhos de ES com demais conselhos de políticas públicas
- Fortalecer a organização política dos FES e do FBES como protagonistas do movimento de ES do país

- Ampliar as participações de movimentos sociais que tenham afinidades com ES
- Um primeiro passo é o fortalecimento do FBES na sua articulação com os FEES, para que as discussões cheguem ao Conselho de forma mais legítima e qualificada a partir dos elementos das realidades locais da Economia Solidária nos estados.
- Necessidade de discussão consciente de qual a pauta do FBES em si e qual a do Conselho, pra delimitar melhor as agendas.
- Embora o FBES critique o fato de que ainda é a SENAES que determina os rumos e “dá o tom” do Conselho, ele não consegue apresentar uma proposta própria. Frágil capacidade de proposição que precisa ser trabalhada por dentro dos FEES e do FBES.
- É preciso que as pessoas que estejam no Conselho como representantes do FBES tenham um melhor preparo para o enfrentamento ideológico e político na correlação de forças que se estabelecem, de forma a não fragilizar a figura/papel do Fórum dentro do Conselho.
- Há um cenário favorável e que aponta pra o fato de que no geral FBES e CNES mantêm uma relação boa. Não é a toa que hoje, por exemplo, está se discutindo propostas da Economia Solidária pra dentro do PPA. É uma grande conquista.
- Há que se considerar ainda que existem entraves de Marco Legal que dificultam o avanço das deliberações e conquistas construídas.
- 60% do Conselho é o FBES, portanto se este se articula forte, num processo da sua base (Fóruns locais) para o centro, chega de forma forte nas políticas. Uma questão é que os empreendimentos são fracos dentro do fórum; necessário fortalece-los para que haja uma participação qualificada. A política de formação do FBES deve ser desenhada nesse sentido, em articulação com os FEES.

2.3 SUSTENTABILIDADE E AUTONOMIA

A) Como o FBES (incluindo os FEESs) deve se organizar para garantir a sua sustentabilidade financeira, preservando sua autonomia?

- Criar iniciativas que promovam a sustentabilidade dos Fóruns. Exemplo: Contribuição mensal de empreendimentos de assessoria e gestor para os Fóruns

- Ampliar as parcerias sensibilizando-as à tornarem-se patrocinadoras e apoiadoras financeiras dos Fóruns estaduais e brasileiro
- Resgatar a proposta de cotização dos EES e ong's de acordo com a sua amplitude feita na reunião da coordenação do FBES
- Buscar uma forma de captação de recursos para por meio de projetos conjuntos (ONG's, cooperação internacional); Confecção de produtos promocionais da ES, campanhas, doações e contribuições dos segmentos que compõem os Fóruns
- As organizações de apoio e fomento aos EES devem buscar uma forma de contribuir com a sustentabilidade dos Fóruns
- Buscar recursos via elaboração de projetos específicos para as ações do FBES e do FEES
- Inicialmente é fundamental entender e discutir Sustentabilidade e autonomia numa perspectiva mais ampla, que não se limita a questões financeiras; autonomia não se perde pelo simples uso do recurso; o que a preserva é a capacidade de se articular e de propor.
- É necessário que se construam estratégias de auto-sustentação que passam pela constituição de um fundo próprio, com participação dos diversos segmentos que constituem o fórum, respeitando-se as especificidades do segmento de produtores/as.

03 GESTÃO E ORGANIZAÇÃO

3.1 ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DO FBES

A) As atuais instancias e formas de funcionamento do FBES(Coordenação Nacional, Coordenação Executiva, GT's Secretaria Executiva e Plenárias) atentem aos desafios para a ECONOMIA Solidária apontados nos itens 1 e 2? Por que?

- A estrutura com plenárias, coordenação nacional, coordenação executiva e secretaria executiva e GT's devem continuar. Deve haver uma melhor definição dos papeis de cada instancia (regimento).
- Ampliar a dinâmica da Coordenação Nacional (das regiões) a nível regional (dois encontros anuais por região).
- *As instancias são boa, o que falta é uma melhor estrutura para os representantes dos grupos de trabalho passarem informações na sua região.*

- Porque ela é muito estratificada. É vertical e hierárquica. Há problemas na falta de definições de papéis entre as instâncias, a exemplo do papel da Secretaria Executiva, muitas vezes assumindo o papel de instância deliberativa, destacando:
- A centralização nas decisões sem consulta aos FEES;
- A falta de critérios e a confusão de papéis quando da escolha de algumas representações (ex. articulador político e articuladores regionais);
- Percebe-se que está faltando formação para as pessoas que assumem algumas instâncias de representação
- Ampliar a comunicação das pautas das reuniões com antecedência (para coletar colaborações de quem não faz parte das instancias) e definições e encaminhamentos das instancias (coordenação Executiva dos Grupos de trabalho, etc.) na lista e solidário.
- Criação de uma secretarias executivas operacional (pessoa) regionais, e estaduais.
- Sim, em parte. Por que não reflete nas demandas dos FÓRUNS estaduais, a comunicação é deficiente, levando os fóruns estaduais a dependência das agendas nacionais.

B) Como deve ser organização do FBES(instancias e forma de funcionamento) para que esta possa atender aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2?

- Permanecem os três seguimentos.
- Melhor definição dos seguimentos segundo os critérios e princípios da ES (regimento).
- Melhor definição do que é uma entidade nacional (considerar a abrangência nacional como critério, estar em várias regiões) e estaduais.
- *Gts: criação do gt de gênero.*
- *Criação de uma secretaria regional, para tentar amenizar a dificuldade de comunicação.*
- *Plenárias, como instância maior de deliberação. Tanto a nível nacional, como estadual*
- A estrutura de organização do Fórum Brasileiro deve favorecer o fortalecimento das bases/ FEES. Por isso, as escolhas para compor as representações das instâncias devem privilegiar a discussão com os fóruns.

Existem casos em que as representações estão distantes, inclusive, da relação com o FEES do seu estado.

- Deve-se manter a estrutura já existente, aumentando a articulação dos fóruns estaduais, principalmente com os GTS e a coordenação executiva.

3.2 SEGMENTOS E COMPOSIÇÃO

A) A atual composição do FBES em três segmentos (empreendimentos solidários, entidades de assessoria e gestores públicos) atende aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2? Por que?

- Coordenação Nacional deve ser ampliada para 4 por estado (2 empreendimento, 1 para assessoria e 1 para gestores).
- Não atende. É preciso uma melhor classificação dos segmentos.
- Precisamos aprofundar o debate sobre o espaço dos gestores no FBES, considerando que o fórum é o movimento social de economia solidária. Com a criação do Conselho Estadual ficou estabelecido o lugar dos múltiplos atores (sociedade e governo). Entendemos que todos os gestores públicos deveriam ser representados no FBES pela Rede de Gestores, inclusive, objetivando fortalecer a Rede de Gestores.
- Nos casos do FEES ficou caracterizado que cada um tem uma história de organização, com a participação de gestores ou sem a participação de gestores. Essas relações são conflituosas, em alguns casos. Precisamos reconhecer a autonomia, a história e a dinâmica de organização de cada estado.
- Atende. Porém o que precisa ser melhorado é a comunicação.
- A proposta das instâncias é bem pensada, mas na prática não há uma articulação entre elas e a forma como estão compostas (representações descontinuadas ou sem a devida articulação com as bases) por vezes fragilizam os processos e não conseguem avançar nas respostas aos desafios e bandeiras.
- A Coordenação Nacional, da forma como está, mostra-se inviável. Compõe-se de mais de 100 pessoas; além de dificultar uma articulação adequada entre seus membros, onera um custo muito alto as atividades, prejudicando a qualidade e a dinâmica do trabalho.
- Além disso, em alguns casos, os/as representantes eleitos/as não estão necessariamente fortalecendo os FEES e, portanto, não representam legitimamente as bases. Infelizmente, ainda existem indicações feitas muito mais por articulações políticas do que por coerência das estratégias.

- Propõe-se adotar uma estrutura mais funcional e que tenha mais peso político (ver sugestões no próximo item).
- De um modo geral, observa-se a necessidade de maior afinamento (coerência) entre a forma de organização nos estados (instâncias criadas nos FEES) e o formato do FBES. A existência de formatos diferenciados tem sido inclusive um dos fatores que contribuem para o descompasso das agendas locais com as nacionais, porque acabam orientando outras prioridades e dificultando a percepção mais orgânica da organização do movimento de economia solidária.
- No que se refere aos GTs, verifica-se ainda mais o descompasso entre FEES e FBES, com temáticas mobilizadoras bastante diferenciadas e/ou discussões desarticuladas. Os GTs no FBES só têm sentido se houver um rebatimento nos estados. É preciso que se inverta corretamente a lógica: as necessidades e bandeiras dos estados passarem a determinar as prioridades e formatos de organização do FBES.
- Há ainda um desafio no tamanho e na característica que assumiram alguns Grupos de Trabalho. Uns cresceram em demasia, ao passo que outros esvaziaram. Alguns que são estratégicos pra sociedade organizada foram apropriados por gestores públicos (como o de Comercialização que está hoje praticamente nas mãos da SENAES). Esses desafios repercutem não só nos resultados concretos das políticas de apoio como na relação de não-autonomia que se observa no FBES e no CNAES.
- Sim, enquanto representatividade (garantia da diversidade de falas); porém necessidade de rever qualitativa e quantitativamente a participação; cuja estratégia apontada é a estruturação das Coordenações Regionais.
- A qualificação da participação, em especial dos empreendimentos, passa pela construção de uma política de formação. Caso contrário, a tendência será de cooptação dos empreendimentos para lógicas de outros atores que algumas vezes não representam coerentemente os interesses, ideais e práticas da Economia Solidária.
- Há uma preocupação com o fato de que na grande maioria dos estados os gestores públicos nos FEES fazem parte como parceiros e não como membros efetivos. Isso dificulta um avanço das construções no rumo das prioridades. Se não conseguem dar respostas no nível local, é questionável a garantia de sua participação no âmbito nacional.
- Por outro lado, há preocupação de que com a não participação dos gestores nos Fóruns (estaduais ou nacional) se perca um importante canal de diálogo entre a sociedade organizada e a gestão pública local em torno das políticas de apoio a economia solidária. Nesse perspectiva, vê-se que, embora com os limites percebidos, ainda faz-se necessária a participação dos gestores nos Fóruns, ao menos até que se tenha um estágio de

amadurecimento que garanta que a construção dos conselhos municipais/estaduais e estes efetivamente se constituam como canais concretos de influência da economia solidária nas políticas públicas.

- Para além das intenções ou coerências políticas das pessoas que hoje atuam na rede de gestores e que participam dos fóruns, compreende-se que há uma questão de fundo mais desafiante que é a necessidade do movimento organizado pressionar as instancias governamentais locais para redefinição do lugar da economia solidária na gestões locais (municipal, estadual) para que o poder de influencia dos gestores que hoje participam de forma comprometida seja legitimado e viabilize a chegada dos resultados das políticas nas bases dos movimentos (nos empreendimentos).

B) Qual tem sido o papel e a articulação de cada segmento no FEES e no FBES?

- As assessorias deviam garantir as ações de forma articulada, para que possam cumprir com o seu papel, que é, articular, formar, fomentar... o protagonismo dos empreendimentos.
- Os gestores, devem atuar garantindo as implemetação das leis, como parceiros do FEES
- Os EES tem que ter seu protagonismo reconhecido e garantido
- A estrutura do FBES é pesada e precisa ser repensada. São 97 representações. A experiência atual nos apresenta o desafio de enxugar essa estrutura.
- Papel de articular e fomentar a economia solidária.
- Cada segmento precisa se articular no sentido de ampliar a sua participação dentro do fórum. Socializando informações, firmando novas parcerias.
- Sugere-se a revisão da representatividade, porém sem prejudicar a participação dos estados nas suas estratégias de articulação de segmentos (especialmente dos/as produtores/as – rurais e urbanos).
- Poderia-se levantar critério mais coerentes e claros da representatividade, privilegiando os empreendimentos como protagonistas.
- Para o enxugamento da Coordenação Nacional o caminho poderia ser a estruturação de coordenações regionais.
- Tomando-se o cuidado de não tolher a participação dos empreendimentos, o segmento mais flexível a redução seria das entidades de assessoria. Os impactos da redução de sua participação em nível nacional seriam solucionados pelo peso de sua participação nas coordenações regionais; das quais se tiraria apenas uma representação da região pra compor a coordenação nacional enquanto segmento assessoria.

- 02 encontros anuais da Coordenação Regional.
- Necessidade de melhorar a comunicação entre as diferentes instâncias para que haja maior funcionalidade das mesmas em função dos desafios e lutas prioritizadas.
- Há uma visível necessidade de se trabalhar também uma melhor diferenciação entre o que faz uma assessoria ou empreendimento. Construção de critérios orientadores que qualifiquem a compreensão de quem é empreendimento e quem é assessoria.
- O movimento de enxugamento envolve mudanças de posturas e práticas na base da organização do movimento; passa pela revisão dos FEES e pela construção consciente e sustentável (viável) da Coordenação Regional, de forma que as mudanças do FBES sejam reflexos do nível de maturidade e desenvolvimento do potencial de articulação das bases.

C) Qual deve ser o papel e como potencializar as articulações internas de cada segmento para atender aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2?

- Pensar em Estratégias para favorecer o protagonismo dos empreendimentos;

3.3 REPRESENTAÇÃO

A) A atual representação das instancias do FBES, baseada nos FEES e nas organizações nacionais, atendem aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2? Por que?

- *Na maioria atende. Porém tivemos divergência:*
- 6 participantes: 4 EES(2ruais, 2 urbanos) 1 assessoria, 1 gestor
- 4 participantes: 2 EES, 1 assessoria, 1 gestor
- Não, por que a comunicação ainda é muito deficiente

B) Qual tem sido o papel e articulação das representações estaduais e das

organizações nacionais nos FEES e no FBES?

- Infelizmente as representações nacionais atuam de formas diferenciadas de estado, para estado
- Buscando parcerias que colaborem, de alguma forma, com as atividades da Economia Solidária, dialogando como poder público acerca de incentivos e políticas públicas Economia Solidária.

C) Qual deve ser o papel e como potencializar as articulações dos FEES e das organizações nacionais dentro do FBES para atender aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2?

- Apoio, mobilização, infra-estrutura, logística, assessoria e articulação.
- Fortalecer a formação/capacitação das pessoas para participarem do movimento e representa-lo com maior comprometimento.

Repassar as demandas estaduais, utilizando critérios como, tentar atender todas:

- as regiões e segmentos participantes dos FEES.
- Reduzir a participação dos estados no FBES de tal forma que tenhamos apenas um representante por estado
- Por exemplo: O NE tem 09 (nove) estados e teria 09 (nove) representações, sendo 06 (seis) representantes de assessoria e 03 (três) de empreendimento. As escolhas aconteceriam a cada dois anos em Encontros Regionais. O Estado que apresentar representação de empreendimento não apresenta de assessoria e vice-versa. Com essa formulação a estrutura de 81 (oitenta e uma) representações estaduais seria, a partir de então de 27 (vinte sete).
- Rever o caráter de representação das entidades nacionais. O que é entidade nacional? Em quantos estados as entidades devem estar presentes para serem consideradas entidades nacionais?
- Realização de agendas temáticas para serem discutidas a nível nacional e local, a exemplo da LEI de cooperativismo e implementação de coordenação e secretaria executiva também nos estados para operacionalizar as ações.
- Potencializar a capacidade de empoderamento dos membros dos FEES para que tenham voz ativa no FBES, tanto via políticas de formação; como pela melhor estruturação dos fóruns estaduais (inclusive com a estruturação de secretarias executivas).

D) Como deve ser organizado a representação nas instancias nacionais do FBES(COMPOSIÇÃO E CRITÉRIOS)?

- É preciso criar um fundo, para sustentabilidade dos FEES e do FBES.
- Que a coordenação Executiva ampliada funcione em forma de rodízio, anualmente.
para que todos os estados possam participar.
- Defendemos que os gestores públicos não devem compor a coordenação nacional, apenas empreendedores e assessorias
- Propõe-se que a Coordenação Executiva tenha seu mandato reduzido em 1 ano e priorize a rotatividade entre os estados.
- Que a Coordenação Nacional faça mudança anual de 1/3 da sua composição e que se tenha máximo de 03 mandatos consecutivos.

05 - DEBATE DA PLENÁRIA:

A plenária fez a leitura dos documentos feitos pelos cinco grupos (dividido na plenária geral).

Inicialmente houve uma discussão a cerca de como foi sistematizado o encontro levando em consideração que houve dificuldades dos grupos de definir o que são bandeiras e o que é ação. Assim levou-se em conta a importância de reavaliar todos os pontos colocados pelos grupos que trabalharam e discutiram os três eixos temáticos durante os dois dias do encontro. O encaminhamento dado foi que todos os pontos iriam ser lidos, colocados destaques, inclusões e reformulações das propostas colocadas pelos cinco grupos.

O processo de discussão foi bastante acirrado, emocionado e tenso porque muitos foram os pontos que despertaram maior atenção da plenária e que necessitou de um tempo mais largo para se consensuado ou colocado como ponto para ser resolvido na plenária nacional.

Houve uma discussão central colocada pela plenária de que o Fórum não é movimento social e sim ponto de articulação que reúne os movimentos sociais para discutir. O FBES é o espaço do movimento da Economia Solidária. Algumas pessoas da plenária discordaram dessa colocação dizendo que o FBES é sim movimento social porque é fruto da articulação do próprio movimento. Nesse momento o debate ficou bastante disputado com defesas de ambos os lados.

Com dificuldade para avançar em alguns pontos do documento que despertou muita discussão, acordou-se que todos os pontos do documento que levaram destaque durante a primeira leitura seria revisto ao final para que os pontos de total consenso fossem logo aprovados pela plenária.

A plenária deliberou que devido ao pouco tempo para discutir as questões mais polemicas do documento, haveria outros momentos nos Fóruns estaduais para uma maior discussão desses temas não consensuados antes de serem levados ao encontro nacional do FBES. Assim os Fóruns estaduais teriam oportunidade de rediscutir em seus respectivos estados todo o documento elaborado neste encontro.

OBSERVAÇÃO:

- ✓ Segue abaixo documento com algumas modificações, inclusões, exclusões e observações colocadas e aceitas pela plenária do encontro.
- ✓ Criar um grupo de um representante por cada estado para enxugar o documento, retirando as repetições e aprofundar os temas.

DOCUMENTO DE DISCUSSÃO DA REGIÃO NORDESTE (COM MODIFICAÇÕES DA PLENÁRIA)

2. **IDENTIDADE POLÍTICA**

A) Que bandeiras e ações locais e regionais o FEES está defendendo e desenvolvendo?

- Elaboração de Projetos de leis estaduais de fomento a economia solidária com implantação dos conselhos estaduais
- Interiorização dos Fóruns
- Realização de Feiras (calendário permanente)
- Sustentabilidade, autonomia e identidade dos Fóruns
- Gênero, raça e etnia
- Mapeamento
- Valorização e resgate da cultura
- Qualificação do trabalho da mulher
- Criação de sistema de comércio justo, ético e solidário
- Formação em economia solidária para os empreendimentos e assessorias
- Divulgação e fortalecimento da economia solidária
- Regionalização dos Fóruns
- Fortalecimento do protagonismo dos empreendimentos
- Reafirmação da Carta de Princípios e da Plataforma Política do FBES
- Criação de centros públicos de comercialização

- Ampliação dos espaços de Economia Solidária(Superintendência, Secretaria etc..)
- Sensibilização dos diversos setores para a apropriação da ES
- Há uma reflexão que de um modo geral os fóruns estaduais têm tido dificuldade de estabelecer suas bandeiras locais, chegando mesmo a confundir ações estratégicas com bandeiras de luta. Exemplo: Mapeamento dos empreendimentos foi tratado como bandeira, quando na verdade se configura como uma ação estratégica que converge pra bandeira do fortalecimento da identidade e da organização do movimento de economia solidária nos estados.
- Essa dificuldade tanto se refere a pouca priorização de um debate mais político dos FEES como pela diversidade de bandeiras que se articulam dentro dos fóruns (Gênero, Agroecologia, Juventude, Agricultura Familiar, Povos do Mar, etc).
- Foi comum perceber nos estados que mesmo as ações estratégicas locais têm sido pautadas a partir da agenda nacional (Mapeamento, PPDLES, Centros Públicos, Conferências Estaduais, Conferencia Nacional, etc), havendo muito pouca iniciativa e autonomia dos fóruns estaduais na construção de suas agendas próprias.
- A sobrecarga que se gera pra dar conta das ações locais e das nacionais que chegam aos estados, além de prejudicarem a qualidade com que são feitas e os resultados gerados com as ações, também compromete o avanço político do movimento, induzindo-o ao ativismo.
- Criação de Marco Legal adequado a realidade da economia solidária (alguns estados já avançaram inclusive com a votação de Leis já criadas, porém ainda com dificuldades em serem sancionadas por questões políticas com os governos locais).
- Fortalecimento da identidade e da capacidade organizativa dos FEES, inclusive com a regionalização dos mesmos, oportunizando a inclusão dos segmentos rurais.
- Criação de Secretarias Estaduais e/ou outras instancias dentro dos governos locais (alguns com estágio bastante avançado de constituição desses espaços e outros em processo de discussão/negociação com governos estaduais).
- Formação (política e em processos de organização/ autogestão) e assistência técnica
- Intercâmbio entre experiências locais com disseminação de tecnologias.

- Formação de redes de ECOSOL a partir das cadeias produtivas.
- Comercialização: criação ou fortalecimento de estratégias e espaços de comercialização (feiras regionais, estaduais, nacionais); estruturas físicas de apoio a comercialização (centrais, mercados solidários, etc).
- Finanças Solidárias: criação e/ou acesso a fundos públicos.
- Revisão da questão tributária e da lei 8.666
- Buscar a transversalidade da ES com o Sistema Nacional de Educação

B) Para o FEES, além destas ações e bandeiras, quais outras seriam prioritárias e por que não estão sendo defendidas e desenvolvidas?

- Viabilizar iniciativas para facilitar a comercialização, incluindo compras governamentais
- Ações em torno da consolidação de um marco legal para a economia solidária
- Há em alguns estados (na maioria) necessidade de trabalhar bandeiras como a articulação de temas como: Economia Solidária & Gênero; Economia Solidária & Agricultura Familiar; Economia Solidária & Juventude.
- Também em alguns não está sendo trabalhada a bandeira da Comercialização para resolver os entraves deste que tem sido um desafio histórico não só no movimento da economia solidária, mas nas práticas de economias populares.
- A não defesa dessas bandeiras passa pela dificuldade que os FEES tem sentido de articular suas bandeiras locais com as ações definidas na agenda nacional.
- Há ainda reflexões sobre a fragilidade do movimento da economia solidária quanto as condições objetivas de realizar agenda mais autônoma (seja por tempo ou por disponibilidade de recursos e potencialidades locais).
- Registra-se ainda a dificuldade dos FEES acompanharem as bandeiras nacionais pela forma como chegam as coisas até o estado – muitas vezes em tempo imediato ou sem a devida discussão preliminar junto aos fóruns locais.
- Centros públicos de comercialização para economia solidária
- Acesso ao PLANTEC para os empreendimentos na área de capacitação

- Formação de redes de ES por cadeias produtivas
- Criação de Fundos solidários para investimento seja empreendimento formal ou informal
- Realizar intercâmbios com outros Fóruns para uma maior articulação
- Comercio Justo e consumo ético
- Cadeias e redes produtivas
- Formação em ES prioritariamente a partir da base
- Criação de certificação dos empreendimentos e assessorias da ECOSOL;

C) Quais bandeiras e ações NACIONAIS estão influenciando a atuação do FEES?

- Reestruturação do FBES
- Marco Jurídico para a economia solidária
- Desenvolvimento de ações para os segmentos tradicionalmente excluídos
- Formação, assistência técnica, pesquisa e tecnologia – tendo como elemento provocador a necessidade dos EES se capacitarem política e tecnicamente para se consolidarem numa cultura solidária e auto-sustentável.
- Fortalecimento da identidade do FBES e por consequência dos Fóruns Estaduais.
- Comercialização
- Divulgação da Economia Solidária
- Marco Legal da ES
- Construção de uma Política Pública da Economia Solidária, com abertura de diálogos com gestores e construção de propostas de lei.
- Desenvolvimento de ações para segmentos tradicionalmente excluídos (indígenas, quilombolas, mulheres, negros, etc) – para alguns estados o PPDLES tem sido uma importante conquista nesse sentido.
- Marco Legal Fomento a criação dos Conselhos
- Mapeamento
- Criação do Conselho Nacional (influencia e incentiva a interlocução entre poder publico e sociedade civil para a criação dos conselhos estaduais)
- Programa Nacional de fomento as feiras

D) Para o FEES, quais bandeiras e ações nacionais devem ser prioritárias para o FBES?

- Algumas bandeiras estão sendo trabalhadas no âmbito estadual, merecendo ser discutidas no FBES: Seguridade Social nessas novas relações de trabalho; Melhoria da qualidade da produção para comercialização.
- Por outro lado, há bandeiras discutidas tanto no FEES quanto no FBES, porém sem se articularem concretamente, como por exemplo a discussão sobre Comercio Ético e Solidário.
- Há uma crítica de que a bandeira da Comunicação/Divulgação da Economia Solidária, no plano nacional, não tem sido trabalhada com a devida prioridade e com os investimentos necessários. A SENAES poderia investir mais para que a Economia Solidária apareça nas mídias de massa. Apesar dos instrumentos construídos serem bastante interessantes e positivos (documentos, vídeos, documentários, chamadas para rádios comunitárias...) seu alcance se reduz a limitada capacidade de mobilização e articulação dos FEES.
- Comercialização
- Sistema de financiamento da política ES
- Marco legal
- Formação
- Políticas Públicas (Sistema Nacional financeiro de economia solidária)
- Construção de Centros Públicos

02 RELAÇÃO COM OS OUTRO ATORES

02.1 RELAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

E) Quais são as alianças e parcerias construídas pelos FEES para dar conta das ações e bandeiras apontadas pelo item 1?(fazer também uma avaliação de cada uma)

- Aproximação com os governos eleitos
- Aproximação com o CONSEA, e demais conselhos para inserir nas agendas desses conselhos a economia solidária

- Aproximação com outros movimentos sociais tais como: mulheres, quilombolas, etc...
- Parcerias com universidades, ONG's, Poder Público nas três esferas e empreendimentos econômicos solidários..... **não nomear parcerias específicas... mas a natureza destas... governamentais, não gov...**
- Refletir sobre a nossa identidade política. Fazemos política e produzimos economia. Somos um movimento de economia política
- Fortalecimento das ações da DRT's no movimento de ES
- Ampliação das parcerias e contatos internacionais
- Em sua maioria as entidades organizadas da sociedade civil já compõem o fórum, sendo parceiros naturais do mesmo. Portanto, a grande maioria dos parceiros acabam sendo segmentos do setor público (Prefeituras, Secretarias específicas, DNOCS, INCRA, MDA, MTE, MDS...)
- As principais alianças e parcerias destacadas como sociedade civil foram: ADS/CUT; Cáritas; Rede Unitrabalho e Incubadoras de Cooperativas das Universidades; além das Federações de Trabalhadores e Sindicatos Rurais; Rede Abelha; Rede de Mulheres; UNISOL; CONSEA (que tem conseguido articular Economia Solidária e Segurança Alimentar); e com ONGs com atuação em nível estadual e/ou regional (como a Casa da Mulher do Nordeste)
- Destacaram-se mobilizações bastante positivas com outros movimentos organizados, como movimento pela diversidade sexual; quilombolas; indígenas; movimento feminista; etc.
- Essas parcerias têm sido bastante positivas no fortalecimento das ações dos FEES, especialmente por viabilizarem maior alcance quantitativo e geográfico das atividades nos estados. Essas ações se referem em sua maioria aos eixos: articulação/organização de produtores/as; comercialização; formação; finanças; fomento.
- Entretanto a crítica que se faz é que são ainda parcerias e alianças pontuais, em torno de ações e não de bandeiras constantes. Também é importante que essas parcerias possam fortalecer os empreendimentos da Economia Solidária e não apenas ações específicas dos FEES ou FBES.
- Registra-se um grande desafio – porém pouco discutido/refletido pelos FEES e pelo próprio FBES – de articular-se com a sociedade civil não organizada. Essa articulação tem se dado via grandes eventos que se realizam (Festivais, feirões anuais, etc). Primeiramente é necessário se construir estratégias de comunicação de massa para que estes eventos de fato cumpram seu papel de disseminar a Economia Solidária no meio da sociedade (e não apenas do Movimento Organizado) pra que se avance na conquista da sociedade ou segmentos dela como aliada.

- Um outro importante desafio que igualmente merecia melhor trato por parte dos FEES e FBES que é construir alianças e parcerias com a sociedade para se avançar no desenvolvimento econômico dos empreendimentos. Tem se trabalhado muito os espaços de articulação na dimensão da discussão política e de cidadania e não se tem pautada uma relação de espaço de desenvolvimento econômico. O capital faz economia política; entretanto a Economia Solidária tem se limitado a fazer política. Precisamos avançar na capacidade de estabelecer relações econômicas solidárias com a sociedade, caso contrário, caminhamos para o rumo da frustração do projeto político embutido na economia solidária, gerando descrença, quebras de identidade e desmotivação junto aos protagonistas da Economia Solidária que são os/as produtores/as.

F) Quais são as alianças e parcerias construídas pelos FBES para dar conta das ações e bandeiras apontadas pelo item 1?(fazer também uma avaliação de cada uma)

- Dificuldades na comunicação entre os Fóruns estaduais e brasileiro: Centralização das informações e dificuldade no acesso
- Entretanto, destacou-se a ampliação das parcerias e alianças para além das articulações com SENAES, muito impulsionada pelo processo de criação do Conselho Nacional.
- Destacam-se ainda as parcerias com ministérios como MDS e mais fortemente com MDA, que tem contribuído para regionalização das ações dos FEES e por conseguinte pra ampliação da ação do FBES nas questões relativas aos/as produtores/as rurais.
- As parcerias estabelecidas, apesar das limitações, têm possibilitado o fortalecimento e a articulação da Economia Solidária com outras lutas a partir da inserção de segmentos como mulheres, juventude, movimento de consciência negra, etc.

G) Como avançar as alianças existentes e ampliar para novas para que o FBES atenda aos desafios da Economia Solidária e para que se constitua de fato enquanto referencia nacional de Economia Solidária?

- Programa Nacional de fomento as feiras garantindo a participação dos empreendimentos e dando visibilidade aos mesmos
- Mapeamento da ES favorecendo a participação

- Garantir uma agenda própria
- Promover o debate e a articulação em rede
- Aproximar cada vez mais as entidades nacionais garantindo o diálogo em nível local e nacional
- Melhorar as estruturas dos Fóruns estaduais
- Com a regionalização dos Fóruns estaduais tendo a participação das várias representações da sociedade civil: Mulheres, juventude, quilombola, etc..
- Dialogando com outras organizações e redes que venham a fortalecer a economia solidária garantindo a viabilidade econômica dos empreendimentos
- Ampliar as alianças e parcerias com o governo Federal para garantir a transversalidade dos programas Sistema S e fortalecer as alianças estaduais
- A superação do caráter pontual das alianças e parcerias passa pela redefinição de bandeiras nos FEES e fortalecimento das defendidas pelo FBES para que se estabeleçam acordos mais estratégicos e continuados com as parcerias importantes que hoje já se articulam (SENAES, MTE, MDA, MDS...) e também para que se abram novas frentes de alianças (Ministério da Educação, etc).
- Um caminho importante para o avanço é conhecer melhor os programas e propostas dos parceiros em potencial, ampliando o diálogo com institucionalidades constituídas – por exemplo, os atores locais dos territórios rurais da SDT; bem como outras secretarias e ministérios. O da Educação figura-se como fundamental para a disseminação/formação em Economia Solidária.

H) Como despertar a Economia Solidária na sociedade civil não organizada(em especial a juventude)?

- Uma matéria na grade curricular sobre ES nas escolas
- Incrementando a visibilidade, dialogando com a juventude a cerca do tema por meio de amplo material audiovisual, impressos, dando um caráter formativo a questão incluindo sobre título de matéria optativo no currículo escolar o tema Economia solidária
- Dialogar com os movimentos sociais e com os programas governamentais que trabalham com geração de renda no sentido de inserir a temática da ES em suas ações

- Através da articulação com o movimento de arte e cultura
- Articulação com a mídia em nível municipal, estadual e nacional
- Juventude não tem sido efetivamente tematizada nem pelos FEES e nem pelo FBES. O que se registram são as experiências isoladas de articulação Economia Solidária & Juventude. É necessário se rever as estratégias em torno dessa bandeira.
- Ressaltar o caráter prático da Economia Solidária em seus processos pedagógicos, com promoção de visibilidade dos resultados de empreendimentos solidários compostos por grupos tradicionalmente excluídos: jovens, mulheres, negros, indígenas, idosos.
- Construir estratégias convergentes para a inclusão da ES na educação formal. Pautar como temas transversais em escolas públicas e incluir o tema Economia Solidária em projetos que trabalham com juventude: Consórcios Sociais, Bolsa Escola, etc.
- Trabalhar divulgação na Mídia Nacional
- Potencializar a articulação com programas governamentais de diversas naturezas, que tenham como foco a geração de trabalho e renda (Bolsa Escola, Bolsa Família, Fome Zero, etc), buscando incutir neles as propostas e práticas da Economia Solidária.

02.2 RELAÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL

E) Como o FEES avalia as ações desenvolvidas em parceria com o Governo Federal?

- Dar continuidade ao processo de fundos solidários, bancos comunitários e cooperativas de crédito solidário.
- Fomento a criação de conselhos nos diversos níveis
- Que os Fóruns estaduais tenham uma agenda própria que não fique apenas a “reboque” da agenda nacional
- Fortalecer a realização de feiras ampliando inclusive a quantidade de feirasas feiras estão se configurando como eventos; não há debate sobre feiras públicas em sua dimensão econômica..... necessidade de ampliar a discussão para construção de uma política nacional de comercialização.
- Estimular as vocações locais de produção e serviço

- Os Fóruns estaduais reconhecem o avanço que a ES teve com as ações governamentais, entretanto ainda são limitadas. Os Estados recebem pouco financiamento para os seus eventos e isso implica em limitar todo o planejamento dos FEES no sentido de fortalecer o movimento
- De um modo geral tem-se uma preocupação com o fato de que as ações de parceria são aquelas ditadas pelo próprio governo e não as definidas num processo que parta da base (FEES, FBES). **Relativizar a reflexão aqui feita....** Essa relação tende a dificultar o exercício da autonomia e o fortalecimento das questões/ações próprias dos fóruns, tanto em nível estadual como nacional. **.ídem.....**
- Nos estados o desafio tem sido o fato de que a relação com o estado tem se dado muito pelo ganho de algumas figuras que hoje estão no governo. É preciso se avançar na consolidação de propostas enquanto Política Pública para que não se fique refém de intenções ou comprometimentos pessoais.
- Em alguns estados, a relação com o governo local tende a uma construção de espaços positivos (secretarias, conselhos, etc), porém por questões políticas muitas definições são tomadas sem uma adequada participação dos movimentos organizados, gerando quebra nos processos.
- As discussões que são pautadas pelo FEES (e indiretamente pelo FBES) nos estados têm influenciado inclusive na composição dos novos governos locais.
- No que se refere as ações desenvolvidas em parceria (aqui cita-se PPDLES, Mapeamento, Feiras, etc), há uma insatisfação geral da forma como são construídas e desenvolvidas, desde questões como: a não consulta aos fóruns/movimentos para o desenho de determinados programas; até questões como o peso que as relações políticas (de beneficiamento de grupos, etc) assumem na hora da execução; além das condições precárias de desenvolvimento das mesmas (atraso no repasse de recursos financeiros e materiais; falta de comunicação e acompanhamento dos processos; falta de um planejamento mais afinado com o estado; etc).
- Especificamente com relação às Feiras, destaca-se a parceria com MDA como oportunidade de articulação com trabalhadores/as da agricultura familiar e outros segmentos do meio rural. Além de oportunizar conhecimento e aproximação com outros atores constituídos nos estados (Colegiados Territoriais, Agências de Comercialização, etc).
- As atividades nacionais desenvolvidas (feiras, conferências, etc), nas quais se consegue articular a participação direta de produtores/as, têm contribuído para mobilizar, motivar e ampliar as discussões e ações de reestruturação dos fóruns locais.

- Entretanto, nas atividades desenvolvidas, há uma tendência a massificação de formatos, não se respeitando as especificidades regionais (culturais, políticas, etc).

F) Como o FEES avalia a relação do FBES com o Governo Federal (em especial a SENAES)?

- A relação dos fóruns é boa com perspectivas de melhoras
- A relação com o governo Federal é boa, porém está muito restrita a SENAES. É necessário uma maior interface com os ministérios afim de potencializar as ações
- Sugerir a implantação nos órgãos públicos os núcleos de gerência de ES garantindo a transversalidade dos programas e ações
- Maiores esclarecimentos sobre o PPDLES
- Melhorar as parcerias entre SENAES e Fóruns
- Reconhece-se o importante avanço nas relações de parceria, não só qualitativo (conteúdo e formas de diálogo e ação conjunta), mas também se ampliando pra outras secretarias e ministérios. Entretanto, há ainda uma dependência do FBES em relação à SENAES.
- Pela pouca diversidade de fontes de financiamento, acaba-se estabelecendo uma relação de dependência financeira do FBES em relação ao governo em todas as outras articulações (MDA, MDS...)
- Há uma avaliação sobre a necessidade de ampliação do montante de apoio orçamentário dado pelo governo para que se consiga maior impacto sobre as demandas dadas.
- Necessidade de estabelecer melhor como deve se dar a relação SENAES, FBES E FEES, para que se tenha nos estados uma articulação melhor e em nível nacional se consiga avançar na construção de políticas nacionais, tomando como referência as determinações tiradas na Conferência Nacional.

G) De que forma o FBES deve ampliar suas relações com outras esferas do governo federal?

- Garantindo que seus representantes reafirmem a plataforma na sua integra para que não ocorra fragmentação por parte das diversas forças presentes

no Conselho assegurando o fortalecimento das bandeiras e ações já instauradas

- Implantando nos órgãos públicos na esfera federal núcleos e gerências de economia solidária garantindo a transversalidade dos programas e ações
- Buscar articulações de políticas públicas tendo como base os FEES e o FBES
- Definição de estratégias no sentido de influenciar nas definições de como o governo federal deve alocar seus recursos de apoio a Economia Solidária.
- Também se trabalhar estratégias pra articulação das parcerias que vem se consolidando no plano nacional para o âmbito estadual (fazer “descer” os resultados/ações até os estados). Aqui cita-se em particular o apoio aos Centros Públicos de Economia Solidária.
- Necessidade de uma aproximação crítica com o Sistema S pra acompanhar como estão gastando os recursos públicos destinados ao fortalecimento dos empreendimentos.

D) Como assegurar o papel de protagonista do FBES no Conselho Nacional de Economia Solidária? Neste sentido, como impedir a fragmentação de agendas das diversas forças do FBES presentes no Conselho?

- Fortalecimento interno dos Fóruns de ES
- Garantindo que seus representantes reafirmem a plataforma na sua íntegra para que não ocorra fragmentação por parte das diversas forças presentes no conselho Nacional, assegurando o fortalecimento das bandeiras e ações já instauradas
- Buscar interlocução dos Conselhos de ES com demais conselhos de políticas públicas
- Fortalecer a organização política dos FES e do FBES como protagonistas do movimento de ES do país
- Ampliar as participações de movimentos sociais que tenham afinidades com ES
- Um primeiro passo é o fortalecimento do FBES na sua articulação com os FEES, para que as discussões cheguem ao Conselho de forma mais

legítima e qualificada a partir dos elementos das realidades locais da Economia Solidária nos estados.

- Necessidade de discussão consciente de qual a pauta do FBES em si e qual a do Conselho, pra delimitar melhor as agendas.
- Embora o FBES critique o fato de que ainda é a SENAES que determina os rumos e “dá o tom” do Conselho, ele não consegue apresentar uma proposta própria. Frágil capacidade de proposição que precisa ser trabalhada por dentro dos FEES e do FBES.
- É preciso que as pessoas que estejam no Conselho como representantes do FBES tenham um melhor preparo para o enfrentamento ideológico e político na correlação de forças que se estabelecem, de forma a não fragilizar a figura/papel do Fórum dentro do Conselho.
- Há um cenário favorável e que aponta pra o fato de que no geral FBES e CNES mantêm uma relação boa. Não é a toa que hoje, por exemplo, está se discutindo propostas da Economia Solidária pra dentro do PPA. É uma grande conquista.
- Há que se considerar ainda que existem entraves de Marco Legal que dificultam o avanço das deliberações e conquistas construídas.
- 60% do Conselho é o FBES, portanto se este se articula forte, num processo da sua base (Fóruns locais) para o centro, chega de forma forte nas políticas. Uma questão é que os empreendimentos são fracos dentro do fórum; necessário fortalece-los para que haja uma participação qualificada. A política de formação do FBES deve ser desenhada nesse sentido, em articulação com os FEES.

2.3 SUSTENTABILIDADE E AUTONOMIA

B) Como o FBES (incluindo os FEESs) deve se organizar para garantir a sua sustentabilidade financeira, preservando sua autonomia?

- Criar iniciativas que promovam a sustentabilidade dos Fóruns. Exemplo: Contribuição mensal de empreendimentos de assessoria e gestor para os Fóruns
- Ampliar as parcerias sensibilizando-as à tornarem-se patrocinadoras e apoiadoras financeiras dos Fóruns estaduais e brasileiro
- Resgatar a proposta de cotização dos EES e ong's de acordo com a sua amplitude feita na reunião da coordenação do FBES

- Buscar uma forma de captação de recursos para por meio de projetos conjuntos (ONG's, cooperação internacional); Confeção de produtos promocionais da ES, campanhas, doações e contribuições dos segmentos que compõem os Fóruns
- As organizações de apoio e fomento aos EES devem buscar uma forma de contribuir com a sustentabilidade dos Fóruns
- Buscar recursos via elaboração de projetos específicos para as ações do FBES e do FEES
- Inicialmente é fundamental entender e discutir Sustentabilidade e autonomia numa perspectiva mais ampla, que não se limita a questões financeiras; autonomia não se perde pelo simples uso do recurso; o que a preserva é a capacidade de se articular e de propor.
- É necessário que se construam estratégias de auto-sustentação que passam pela constituição de um fundo próprio, com participação dos diversos segmentos que constituem o fórum, respeitando-se as especificidades do segmento de produtores/as.

03 GESTÃO E ORGANIZAÇÃO

3.1 ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DO FBES

A) As atuais instancias e formas de funcionamento do FBES (Coordenação Nacional, Coordenação Executiva, GT's Secretaria Executiva e Plenárias) atendem aos desafios para a ECONOMIA Solidária apontados nos itens 1 e 2? Por que?

- A estrutura com plenárias, coordenação nacional, coordenação executiva e secretaria executiva, GT's e articulador político devem continuar. Deve haver uma melhor definição dos papeis de cada instância (regimento).
- Ampliar a dinâmica da Coordenação Nacional (das regiões) a nível regional (dois encontros anuais por região).
- *As instâncias são boas, o que falta é uma melhor estrutura para os representantes dos GTs passarem informações na sua região.*
- Porque ela é muito estratificada. É vertical e hierárquica. Necessidade de fortalecimento das estruturas dos FEES e de aprimoramento dos canais e formas de relação entre estes e o FBES.
- No processo de desenvolvimento dos papeis e atribuições deixa-se impressão de confusão de papeis entre as instâncias.
- Há centralização nas decisões sem consulta aos FEES;

- A falta de critérios e a confusão de papéis quando da escolha de algumas representações (ex. articulador político e articuladores regionais);
- Percebe-se que está faltando formação para as pessoas que assumem algumas instâncias de representação
- Ampliar a comunicação das pautas das reuniões com antecedência (para coletar colaborações de quem não faz parte das instâncias) e definições e encaminhamentos das instâncias (Coord. Exec. GT's, etc.) na lista e_solidário.
- Criação de secretarias executivas estaduais e regionais (contratação de pessoa de apoio aos fóruns).
- Sim, em parte. Por que não reflete nas demandas dos FÓRUNS estaduais, a comunicação é deficiente, levando os fóruns estaduais a dependência das agendas nacionais.

B) Como deve ser organização do FBES (instâncias e forma de funcionamento) para que esta possa atender aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2?

- Permanecem os três segmentos..... **levar como questão não consensuada a participação dos gestores.**
- Melhor definição dos segmentos segundo os critérios e princípios da ES (regimento).
- Melhor definição do que é uma entidade nacional (considerar a abrangência nacional como critério, estar em várias regiões e/ou estados).
- *GTs: criação do GT de gênero.*
- *Criação de uma secretaria regional, para tentar amenizar a dificuldade de comunicação..... ver onde colocar*
- *Plenárias, como instância maior de deliberação. Tanto em nível nacional, como estadual.*
- A estrutura de organização do Fórum Brasileiro deve favorecer o fortalecimento das bases/ FEES. Por isso, as escolhas para compor as representações das instâncias devem privilegiar a discussão com os fóruns. Existem casos em que as representações estão distantes, inclusive, da relação com o FEES do seu estado.

- Deve-se manter a estrutura já existente, aumentando a articulação dos fóruns estaduais, principalmente com os GTS e a coordenação executiva.

3.2 SEGMENTOS E COMPOSIÇÃO

A) A atual composição do FBES em três segmentos (empreendimentos solidários, entidades de assessoria e gestores públicos) atende aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2? Por que?

- Coordenação Nacional deve ser ampliada para 4 por estado (2 empreendimento, 1 para assessoria e 1 para gestores). **levar como questão não consensuada por existir propostas divergentes de ampliação, manutenção e outra de redução.**
- Não atende. É preciso uma melhor classificação dos segmentos.
- Precisamos aprofundar o debate sobre o espaço dos gestores no FBES, considerando que o fórum é o movimento social de economia solidária. Com a criação do Conselho Estadual ficou estabelecido o lugar dos múltiplos atores (sociedade e governo). Entendemos que todos os gestores públicos deveriam ser representados no FBES pela Rede de Gestores, inclusive objetivando fortalecer a Rede de Gestores.... **não consensuado.....**
- Nos casos do FEES ficou caracterizado que cada um tem uma história de organização, com a participação de gestores ou sem a participação de gestores. Essas relações são conflituosas, em alguns casos. Precisamos reconhecer a autonomia, a história e a dinâmica de organização de cada estado.
- Atende. Porém o que precisa ser melhorado é a comunicação.
- A proposta das instâncias é bem pensada, mas na prática não há uma articulação entre elas e a forma como estão compostas (representações descontínuas ou sem a devida articulação com as bases) por vezes fragilizam os processos e não conseguem avançar nas respostas aos desafios e bandeiras.
- A Coordenação Nacional, da forma como está, mostra-se inviável. Compõe-se de mais de 100 pessoas; além de dificultar uma articulação adequada entre seus membros, onera um custo muito alto às atividades, prejudicando a qualidade e a dinâmica do trabalho.....**nao consensuado**

- Além disso, em alguns casos, os/as representantes eleitos/as não estão necessariamente fortalecendo os FEES e, portanto, não representam legitimamente as bases. Infelizmente, ainda existem indicações feitas muito mais por articulações políticas do que por coerência das estratégias.
- Propõe-se adotar uma estrutura mais funcional e que tenha mais peso político (ver sugestões no próximo item).
- De um modo geral, observa-se a necessidade de maior afinamento (coerência) entre a forma de organização nos estados (instâncias criadas nos FEES) e o formato do FBES. A existência de formatos diferenciados tem sido inclusive um dos fatores que contribuem para o descompasso das agendas locais com as nacionais, porque acabam orientando outras prioridades e dificultando a percepção mais orgânica da organização do movimento de economia solidária.
- No que se refere aos GTs, verifica-se ainda mais o descompasso entre FEES e FBES, com temáticas mobilizadoras bastante diferenciadas e/ou discussões desarticuladas. Os GTs no FBES só têm sentido se houver um rebatimento nos estados. É preciso que se inverta corretamente a lógica: as necessidades e bandeiras dos estados passarem a determinar as prioridades e formatos de organização do FBES.
- Há ainda um desafio no tamanho e na característica que assumiram alguns GTs. Uns cresceram em demasia, ao passo que outros esvaziaram. Alguns que são estratégicos pra sociedade organizada foram apropriados por gestores públicos (como o de Comercialização que está hoje praticamente nas mãos da SENAES). Esses desafios repercutem não só nos resultados concretos das políticas de apoio como na relação de não-autonomia que se observa no FBES e no CNES.nao consensuado
- Sim, enquanto representatividade (garantia da diversidade de falas); porém necessidade de rever qualitativa e quantitativamente a participação; cuja estratégia apontada é a estruturação das Coordenações Regionais.
- A qualificação da participação, em especial dos empreendimentos, passa pela construção de uma política de formação. Caso contrário, a tendência será de cooptação dos empreendimentos para lógicas de outros atores que algumas vezes não representam coerentemente os interesses, ideais e práticas da Economia Solidária.
- Há uma preocupação com o fato de que na grande maioria dos estados os gestores públicos nos FEES fazem parte como parceiros e não como membros efetivos. Isso dificulta um avanço das construções no rumo das prioridades. Se não conseguem dar respostas no nível local, é questionável a garantia de sua participação no âmbito nacional.

- Por outro lado, há preocupação de que com a não participação dos gestores nos Fóruns (estaduais ou nacional) se perca um importante canal de diálogo entre a sociedade organizada e a gestão pública local em torno das políticas de apoio a economia solidária. Nessa perspectiva, vê-se que, embora com os limites percebidos, ainda faz-se necessária a participação dos gestores nos Fóruns, ao menos até que se tenha um estágio de amadurecimento que garanta que a construção dos conselhos municipais/estaduais e estes efetivamente se constituam como canais concretos de influência da economia solidária nas políticas públicas.**nao consensuado**
- Para além das intenções ou coerências políticas das pessoas que hoje atuam na rede de gestores e que participam dos fóruns, compreende-se que há uma questão de fundo mais desafiante que é a necessidade do movimento organizado pressionar as instâncias governamentais locais para redefinição do lugar da economia solidária na gestões locais (municipal, estadual) para que o poder de influência dos gestores que hoje participam de forma comprometida seja legitimado e viabilize a chegada dos resultados das políticas nas bases dos movimentos (nos empreendimentos).

B) Qual tem sido o papel e a articulação de cada segmento no FEES e no FBES?

- As assessorias deviam garantir as ações de forma articulada, para que possam cumprir com o seu papel, que é, articular, formar, fomentar o protagonismo dos empreendimentos.
- Os gestores, devem atuar garantindo as implementação das leis, como parceiros do FEES
- Os EES tem que ter seu protagonismo reconhecido e garantido
- A estrutura do FBES é pesada e precisa ser repensada. São 97 representações. A experiência atual nos apresenta o desafio de enxugar essa estrutura.**nao consensuado**
- Papel de articular e fomentar a economia solidária.
- Cada segmento precisa se articular no sentido de ampliar a sua participação dentro do fórum. Socializando informações, firmando novas parcerias.
- Sugere-se a revisão da representatividade, porém sem prejudicar a participação dos estados nas suas estratégias de articulação de segmentos (especialmente dos/as produtores/as – rurais e urbanos).
- Poderia-se levantar critério mais coerentes e claros da representatividade, privilegiando os empreendimentos como protagonistas.

- Para o enxugamento da Coordenação Nacional o caminho poderia ser a estruturação de coordenações regionais.nao consensuado
- Tomando-se o cuidado de não tolher a participação dos empreendimentos, o segmento mais flexível à redução seria das entidades de assessoria. Os impactos da redução de sua participação em nível nacional seriam solucionados pelo peso de sua participação nas coordenações regionais; das quais se tiraria apenas 01 representação da região pra compor a coordenação nacional enquanto segmento assessoria.nao consensuado
- 02 encontros anuais da Coordenação Regional.
- Necessidade de melhorar a comunicação entre as diferentes instâncias para que haja maior funcionalidade das mesmas em função dos desafios e lutas prioritizadas.
- Há uma visível necessidade de se trabalhar também uma melhor diferenciação entre o que faz uma assessoria ou empreendimento. Construção de critérios orientadores que qualifiquem a compreensão de quem é empreendimento e quem é assessoria.
- O movimento de enxugamento envolve mudanças de posturas e práticas na base da organização do movimento; passa pela revisão dos FEES e pela construção consciente e sustentável (viável) da Coordenação Regional, de forma que as mudanças do FBES sejam reflexos do nível de maturidade e desenvolvimento do potencial de articulação das bases.

C) Qual deve ser o papel e como potencializar as articulações internas de cada segmento para atender aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2?

- Pensar em Estratégias para favorecer o protagonismo dos empreendimentos.

3.3 REPRESENTAÇÃO

A) A atual representação das instancias do FBES, baseada nos FEES e nas organizações nacionais, atendem aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2? Por que?

- *Na maioria atende. Porém tivemos divergência.*
- Não, por que a comunicação ainda é muito deficiente

C) Qual tem sido o papel e articulação das representações estaduais e das organizações nacionais nos FEES e no FBES?

- Infelizmente as representações nacionais atuam de formas diferenciadas de estado, para estado
- Buscando parcerias que colaborem, de alguma forma, com as atividades da ES, dialogando como poder público acerca de incentivos e políticas públicas ES.

C) Qual deve ser o papel e como potencializar as articulações dos FEES e das organizações nacionais dentro do FBES para atender aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2?

- Apoio, mobilização, infra-estrutura, logística, assessoria e articulação.
- Fortalecer a formação/capacitação das pessoas para participarem do movimento e representa-lo com maior comprometimento.
- Repassar as demandas estaduais, utilizando critérios como, tentar atender todas as regiões e segmentos participantes dos FEES.
- Reduzir a participação dos estados no FBES de tal forma que tenhamos apenas um representante por estado. Por exemplo: O NE tem 09 (nove) estados e teria 09 (nove) representações, sendo 03 (três) representantes de assessoria e 06 (seis) de empreendimento. As escolhas aconteceriam a cada dois anos em Encontros Regionais. O Estado que apresentar representação de empreendimento não apresenta de assessoria e vice-versa. Com essa formulação a estrutura de 81 (oitenta e uma) representações estaduais seria, a partir de então de 27 (vinte e sete).**nao consensuado**
- Rever o caráter de representação das entidades nacionais. O que é entidade nacional? Em quantos estados as entidades devem estar presentes para serem consideradas entidades nacionais?
- Potencializar as articulações FEES e FBES com a realização de agendas temáticas para serem discutidas a nível nacional e local, a exemplo da LEI

de cooperativismo e implementação de coordenação e secretaria executiva também nos estados para operacionalizar as ações.

- Potencializar a capacidade de empoderamento dos membros dos FEES para que tenham voz ativa no FBES, tanto via políticas de formação; como pela melhor estruturação dos fóruns estaduais (inclusive com a estruturação de secretarias executivas).

H) Como deve ser organizado a representação nas instancias nacionais do FBES(COMPOSIÇÃO E CRITÉRIOS)?

- *Divergências na ampliação / redução com as seguintes propostas:*

a) *ampliação pra 6 participantes: 4 Empreendimentos Economia Solidária (2 rurais, 2 urbanos) 1 assessoria, 1 gestor;*

b) *ampliação pra 04 participantes: 2 Empreendimentos Economia Solidaria, 1 assessoria, 1 gestornao consensuado*

- É preciso criar um fundo, para sustentabilidade dos FEES e do FBES.
- Que a Coordenação Executiva funcione em forma de rodízio, anualmente, para que todos os estados possam participar.
- *Defendemos que os gestores públicos não devem compor a coordenação nacional, apenas empreendedores e assessorias.....nao consensuado*
- Propõe-se que a Coordenação Executiva tenha seu mandato reduzido em 1 ano e priorize a rotatividade entre os estados.
- Que a Coordenação Nacional faça mudança anual de 1/3 da sua composição e que se tenha máximo de 03 mandatos consecutivos.

05 – CARTA DE FORTALEZA:

Após encaminhamentos da plenária sobre o documento do Encontro de reestruturação da Região Nordeste foi lido a Carta de Fortaleza que coloca a insatisfação de como vem se dando o processo do PPDELS nos estados. Eis a carta:

CARTA DE FORTALEZA – NORDESTE DO BRASIL

Os representantes dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária do Nordeste reunidos no Encontro Regional de Reestruturação do FBES em Fortaleza/CE nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2007 vêm a público manifestar seu pesar quanto a condução da segunda fase do PPDLES por parte da SENAES em todos os Estados nordestinos.

Apesar de ainda acreditarmos que a proposta pode contribuir no fortalecimento dos empreendimentos solidários e o conseqüente desenvolvimento local, verificamos a recorrência de atitudes relativas à gestão do projeto que julgamos equivocadas.

Dentre elas citamos:

1. A não discussão anterior do programa com os FEES;
2. A não publicização das atividades realizadas em 2006;
3. A falta de clareza quanto ao processo de definição dos municípios a serem contemplados nesta nova edição;
4. A reincidência na ausência de tempo hábil para que os estados procedessem a escolha e indicação dos agentes.

Para nós, resta perguntar qual a finalidade não revelada que leva a SENAES a cometer os mesmos erros que já foram denunciados na Carta de Natal em março de 2006. Lembramos ainda que tais equívocos já foram reconhecidos pelos gestores do PPDLES durante a TEIA em São Paulo em abril de 2006, ocasião em que foi pactuado com o FBES realização de uma outra metodologia para ampliação do referido programa em 2007, fato que evidentemente não ocorreu.

Para garantir a transparência política que sempre norteia a nossa interlocução e convivência com a SENAES, propomos:

1. Suspensão imediata do calendário de implantação do PPDLES até a correção das distorções relatadas;
2. Criação de uma instância com participação do FBES, tendo poder deliberativo para monitoramento e acompanhamento da execução da proposta.

Neste sentido, aguardamos retorno quanto às propostas ora apresentadas através da Coordenação Executiva do FBES.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2007

Após a leitura da Carta de Fortaleza a plenária foi aberta para discussão e encaminhamentos. Inicialmente houve colocações de alguns estados que o processo não tinha si dado da forma como estava colocado na carta, precisando esta ser reformulada

para que contemplasse a realidade de alguns estados, caso contrário, da forma como estava seu conteúdo não seria assinada por alguns.

Houve também a colocação por parte de vários estados presentes ao encontro de que o processo metodológico combinado não estava acontecendo o que estava causando muitas insatisfações aos Fóruns estaduais.

Muitas foram as falas divergentes onde o PPDLES não está satisfazendo os fóruns estaduais, pouco foram as discussões sobre a metodologia que está sendo aplicada. O estado do Maranhão levantou que nada do que foi proposto anteriormente estava acontecendo.

Segundo algumas falas a Carta de Natal que trata do mesmo problema em 2006 não foi bem divulgada entre os fóruns estaduais quando de sua elaboração e entrega, ficando na época muitos FEES desinformados de sua elaboração.

Depois de uma longa discussão sobre a Carta de Fortaleza ficou encaminhado o seguinte:

- ❖ Refazer a carta vendo todos os pontos da mesma uma vez que não houve acordo de enviar a carta para a SENAES como estava.
- ❖ Formação de um grupo com um representante de cada estado para refazer a carta.
- ❖ A carta original irá para a próxima reunião da comissão Executiva do FBES como preocupações para discutir o PPDLES e dar outros encaminhamentos necessários.

06 - AVALIAÇÃO

BAHIA:

01) Questões relevantes para o estado.

- a) Levantamento das questões de identidade do FBES (papéis, estrutura, relação FBES e FEES)
- b) Constatação do caráter processual da descentralização efetiva do FBES.
- c) Socialização das realidades regionais.

02) Questões relativas ao evento:

- a) O local do evento, embora confortável, foi muito isolado.
- b) A atividade cultural foi boa mas muito curta (fórró relâmpago)
- c) A mistura de abertura foi excelente
- d) A chegada sem janta no 26 dia de fevereiro foi ruim.

CEARÁ:

01) Questões relevantes para o estado.

- a) Percebemos como estamos caminhando
- b) É necessário nos reestruturarmos localmente
- c) Voltamos com uma consciência maior de contribuirmos com a reestruturação do FBES
- d) Esse encontro foi importante e tantos estados como as regiões tem que se fortalecer
- e) Temos que nos integrar mais para se fortalecer
- f) A comercialização é importante mas temos que discutir coisas mais profundas .
- g) Avaliar FBES em todos os sentidos para se compreender melhor
- h) Temos que pegar essas dificuldades e levar para a rede cearense Economia Solidária para aprofundarmos as nossas questões locais.

02) Questões relativas ao evento:

- a) A abertura cultural foi ótima/divertida
- b) Tivemos ótimas participações /ótimo nível
- c) O processo de avaliação foi complicado porque tínhamos que avaliar melhor para propor melhor .O foco da discussão teve dois viés e complicou o processo.
- d) A condução não foi bacana.

RIO GRANDE DO NORTE:

01) Questões relevantes para o estado.

- 1- Ajudou a compreender melhor os Fóruns
- 2- Mostrou os problemas mais urgentes a serem resolvidos
- 3- positivamente esclarecedor, rico em debates, inclusive mostrando as fraquezas regional e estadual contribuindo para a estruturação em âmbito local a partir das experiências trocadas.
- 4- Esclarecedor
- 5- Contribuição para trabalhar nos FEES

02) Questões relativas ao evento:

- a) A recepção foi fantástica.O evento foi bem elaborado, com uma estrutura que funcionou satisfatoriamente em termos de atendimento local e alimentação nada a reclamar.
- b) ótima recepção
- c) boa estrutura

MARANHÃO:

01) Questões relevantes para o estado.

- a) percebemos que as dificuldades são parecidas
- b) Entendimento das dificuldades relacionadas as questões de identidade e fragilidade do movimento de ECOSOL.
- c) Que os Fóruns estaduais teve dificuldades incomum com relação a comunicação etc.

02) Questões relativas ao evento:

- a) Pouco tempo para muita coisa
- b) Pensar numa pauta sem pressa

- c) Ótima estrutura
- d) Que os próximos encontros ou plenárias sejam levados em conta a pauta na previsão de tempo a ser usado.
- e) Dispersão da Plenária
- f) Logística do encontro
- g) Local confortável
- h) Programação cultura muito fraca para um estado com uma riqueza cultural.

PERNAMBUCO:

01) Questões relevantes para o estado.

- ❖ Fortalecimento da ação regional
- ❖ Necessidade de organização do FEES enquanto instancia de gestão.
- ❖ O debate ajudou a necessidade de enfrentar a representação dos gestores no FBES, visto a implantação do CNES.
- ❖ Grupos divididos com representação de todos os estados.

02) Questões relativas ao evento:

- ❖ Ambiente e estrutura excelente
- ❖ recepção boa

PIAUI:

01) Questões relevantes para o estado.

- a) 1º contribuição dos estados
- b) Consenso do fortalecimento dos fóruns estaduais
- c) Reacender o compromisso de participar e articulação do fórum .
- d) Maior esclarecimento para entrada e identidade dos projetos no Fórum.

02) Questões relativas ao evento:

POSITIVOS:

- a) Integração boa, todos atento aos debates
- b) Riqueza dos debates
- c) Metodologia_ precisa melhorar a distribuição do tempo.
- d) A noite cultural.
- e) Discussão da mesa

NEGATIVOS:

- a) atrasos e imprevistos
- b) comunicação
- c) Não cumprimento do horário das atividades

PARAIBA:

01) Questões relevantes para o estado.

- ❖ Participação dos gestores nos FEES,
- ❖ Fortalecimento dos FEES,
- ❖ Funcionamento e gestão do FEES e FBES.

02) Questões relativas ao evento:

Positivo: - estrutura do evento

- Negativo:
- participação de todos os estados do Nordeste
 - localização / isolamento da área
 - pauta extensa
 - tempo insuficiente para o debate.

ALAGOAS:

1) Avanços na reestruturação do FBES

- Aprofundamento do papel dos empreendimentos nos FEES e no FBES.
- Discussão sobre a área de abrangência das entidades nacionais que compõem a Coordenação nacional do FBES.
- Forma participativa nos debates em grupos.

2) Pontos desejáveis:

- Aprofundamento do processo de participação dos gestores públicos nos FEES e FBES.
- Maior espaço de tempo para o encontro.

3) Positivos:

- Organização do evento
- Comunicação da coordenação regional do encontro
- Hospedagem
- Comunicação

SERGIPE:

- 1) Em que o encontro contribuiu para ajudar/ avançar no processo de reestruturação do FBES.
 - a) ajudou a compreender melhor as instâncias constitutivos do Fórum brasileiro
 - b) contribuiu para auxiliar no processo de reestruturação do fórum estadual.
 - c) Aprofundamento das discussões em grupo dos eixos temáticos.

2) Sobre o encontro

Pontos Positivos:

- ✓ Organização do evento
- ✓ O processo de articulação com os estados (socialização das informações, e-mail ,compras de passagens antecipada,etc)
- ✓ Hospedagem
- ✓ Translado
- ✓ A metodologia participativa.
- ✓ Articulação e comunicação

Pontos Negativos:

- ✓ Pontualidade

- ✓ Tempo para as discussões necessidade de mais um dia para plenária.
- ✓ Pontualidade